



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA

LUCAS DA SILVA PEREIRA

**HISTÓRICO E EVOLUTIVO DA EDUCAÇÃO ATÉ A ACESSIBILIDADE E
INCLUSÃO NO ÂMBITO ESCOLAR**

MARABÁ – PA
2019

LUCAS DA SILVA PEREIRA

**HISTÓRICO EVOLUTIVO DA EDUCAÇÃO ATÉ A ACESSIBILIDADE E
INCLUSÃO NO ÂMBITO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará como requisito à obtenção de título acadêmico em Licenciatura e Bacharelado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Robson Alves dos Santos.

MARABÁ – PA

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

Pereira, Lucas da Silva

Histórico-evolutivo da educação até a acessibilidade e inclusão no âmbito escolar / Lucas da Silva Pereira ; orientador, Robson Alves dos Santos. — Marabá : [s. n.], 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Marabá, 2019.

1. Educação – História - Brasil. 2. Educação inclusiva - Evolução - Brasil. 3. Estudantes com deficiência. 4. Inclusão escolar. 5. Aprendizagem. 6. Ensino. 7. Projeto de acessibilidade para estudantes com deficiência. I. Santos, Robson Alves dos, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 370.981

Elaborada por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583

LUCAS DA SILVA PEREIRA

**HISTÓRICO EVOLUTIVO DA EDUCAÇÃO ATÉ A ACESSIBILIDADE E
INCLUSÃO NO ÂMBITO ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura e Bacharelado em Geografia.

Banca examinadora

Prof. Dr. Robson Alves dos Santos

Orientador – UNIFESSPA

Prof. Dr. Gustavo da Silva

Avaliador – UNIFESSPA

Prof. Dr. Cleiton Lopes Cabral

Avaliador – UNIFESSPA

Marabá–PA, 25 de Novembro de 2019.

DEDICATÓRIA

A Deus primeiramente e, segundo, aos meus pais, amigos e professores, que contribuíram direta e indiretamente com a minha formação. A todos, o meu muito obrigado!

“Somos o que fazemos, mas somos,
principalmente, o que fazemos para mudar
o que somos.”

Eduardo Galeano

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo demonstrar os principais marcos da educação brasileira desde o período colonial até o século XX, buscando assim relacionar, posteriormente, a acessibilidade e a inclusão nessa evolução, ou seja, a necessidade de incluir, sem distinção, hoje, educandos especiais em escolas regulares, isto é, para que haja uma verdadeira interação social e a minimização de múltiplas ideologias e preconceitos estabelecidos a esse grupo. Uma vez que, desde a implantação do ensino na terra de Santa Cruz, não houve decretos ou leis que resguardassem crianças e adolescentes especiais em espaços físicos dedicados a instrução de pessoas. Para alcançar o objetivo proposto pela pesquisa, o trabalho foi estruturado da seguinte forma: a evolução histórica da educação no Brasil; a compreensão do que seja acessibilidade e inclusão no âmbito educacional: leis e decretos; e a leitura do PPP, Projeto Político Pedagógico, da Escola Anísio Teixeira, que esboça sobre a inclusão e a acessibilidade em seu espaço físico. O estudo do tema é de grande valia para as famílias, que querem compreender o desenvolvimento da educação até a nova cosmovisão que se há da estrutura físico e didático-pedagógico com a implantação da acessibilidade e inclusão nas escolas; para a vida acadêmica, como mais um subsídio para melhor compreender o presente através do passado, além de poder proporcionar debates com o intuito de buscar resoluções para findar problemas corriqueiros presentes, ainda, em nosso meio; e para a sociedade em geral, para que sintam-se motivada na busca do bem comum. As metodologias utilizadas para esta pesquisa foram duas. Primeiro, a revisão bibliográfica, para que houvesse um melhor e profundo conhecimento teórico referente ao tema abordado e, segundo, a metodologia histórico-oral, que relata, sucintamente, as transformações ocorridas na escola Anísio Teixeira, por um funcionário, ao longo dos anos, para abarcar estudantes especiais em suas dependências. Com base nos resultados e estudos adquiridos, conclui-se que transformações, em particular no âmbito educacional, vêm ocorrendo lentamente, mas que determinados tabus já não prevalecem, tão enraizados, como em séculos passados.

PALAVRAS-CHAVE: Evolução da educação. Alunos especiais. Acessibilidade. Inclusão escolar. Escola Anísio Teixeira.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo demostrar los principales hitos de la educación brasileña desde el período colonial hasta el siglo XX, buscando así relacionar, más adelante, la accesibilidad y la inclusión en esta evolución, es decir, la necesidad de incluir, sin distinción, a los estudiantes de hoy. especialmente en las escuelas regulares, es decir, para que haya una verdadera interacción social y la minimización de múltiples ideologías y prejuicios establecidos para este grupo. Desde el establecimiento de la enseñanza en la tierra de Santa Cruz, no ha habido decretos ni leyes que protejan a los niños y adolescentes especiales en espacios físicos dedicados a la instrucción de las personas. Para alcanzar el objetivo propuesto por la investigación, el trabajo se estructuró de la siguiente manera: la evolución histórica de la educación en Brasil; la comprensión de accesibilidad e inclusión en el campo educativo: leyes y decretos; y la lectura del PPP, Proyecto Político Pedagógico, de la Escuela Anísio Teixeira, que describe la inclusión y accesibilidad en su espacio físico. El estudio del tema es de gran valor para las familias que desean comprender el desarrollo de la educación hasta la nueva visión del mundo de la estructura física y didáctico-pedagógica con la implementación de la accesibilidad y la inclusión en las escuelas; a la vida académica, como otro subsidio para comprender mejor el presente a través del pasado, además de poder ofrecer debates con el fin de buscar soluciones para terminar con los problemas comunes aún presentes en nuestro medio; y para que la sociedad en general se motive en la búsqueda del bien común. Las metodologías utilizadas para esta investigación fueron dos. Primero, la revisión bibliográfica, para que hubiera un conocimiento teórico mejor y más profundo sobre el tema abordado y, segundo, la metodología oral-histórica, que informa brevemente las transformaciones que ocurrieron en la escuela Anísio Teixeira, por un empleado, a lo largo de los años. , para incluir estudiantes especiales en sus instalaciones. Con base en los resultados y estudios adquiridos, se puede concluir que las transformaciones, particularmente en el campo educativo, han estado ocurriendo lentamente, pero que ciertos tabúes ya no prevalecen, tan arraigados como en siglos pasados.

PALABRAS CLAVE: Evolución de la educación. Estudiantes especiales Accesibilidad Inclusión escolar. Colegio Anísio Teixeira.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1. Objetivo Geral.....	13
1.2. Objetivo Específico	13
2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	13
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
3.1. Pesquisa Bibliográfica.	14
3.2. Trabalho de Campo	15
4. REFERENCIAL TEÓRICO	16
4.1. História Da Educação No Brasil, Do Período Colonial Ao Século XX.	16
4.1.1. Educação Brasileira no Período Colonial.....	16
4.1.2. Marquês de Pombal.	18
4.1.3. Principais mudanças na educação brasileira, pós-expulsão dos jesuítas, na segunda metade do século vxiii.	19
4.1.4. A Educação Brasileira Com A Vinda Da Família Real	20
4.1.5. Período Regencial	21
4.1.6. A Educação Brasileira No Segundo Reinado	21
4.1.7. Educação No Brasil República	22
4.1.8. Educação Brasileira Em Pleno Século XX	25
4.1.9. Educação Brasileira No Regime Militar	26
5. ACESSIBILIDADE NO ÂMBITO ESCOLAR	28
5.1. O que é acessibilidade?	28
5.2. Panorama histórico sobre a acessibilidade e inclusão	29
5.3. Inclusão de educandos com deficiência no contexto educacional atual	32
5.4. Acessibilidade no contexto escolar	35
5.5. Recursos necessários no ambiente escolar para que a acessibilidade esteja presente	35
5.6. Concepção do que seja deficiência	36
5.7. Escola acessível a todos	37
6. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CONFORME O PPP	39
6.1. Colégio estadual Anísio Teixeira, Marabá-PA	39
6.2. Inclusão Na Escola	44
6.3. História Oral da Escola Anísio Teixeira	48

CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERENCIAS.....	53

1. INTRODUÇÃO

A educação brasileira, desde o período da colonização com a introdução do ensino pelos padres e irmãos jesuítas na, até então, terra de Santa Cruz até a atualidade, desde a presença da família real até o regime militar, vem sofrendo modificações e reajustes para abarcar, além de novas ideias didáticas-metodológicas, novas visões de ensino-aprendizagem para atingir a grande heterogeneidade cultural, social e física-corporal que há em suas dependências físicas, escolas, ou seja, todos educandos sem distinção, do ensino básico de educação, para que os mesmos possam interagir, com mais eloquência e gozo, com o seu meio sócio-educacional, isto é, para a obtenção do conhecimento tão esperado e almejado.

Além do mais, hoje, as escolas, institutos, colégios, educandários e creches, sejam públicas ou privadas, acolhem ou buscam acolher em seus espaços físicos, muito das vezes despreparadas pedagogicamente e estruturalmente, discentes especiais em seus sistemas de ensino regular, mostrando, mesmo imperfeitamente em seu ambiente, que os mesmos possuem seus direitos garantidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9.934/96, que afirma a oferta da educação especial no ensino regular enquanto dever constitucional do estado. Mostrando assim que a educação não é um privilégio dado apenas para determinadas pessoas, mas sim para todos sem distinção, mesmo quando não há uma avaliação positiva de verificação de espaço e conteúdo.

Atualmente, os termos acessibilidade e inclusão são duas palavras esboçadas em diferentes seguimentos e setores que formam as mais variadas filosofias presentes em nossa sociedade, em particular e primordial para a formação deste trabalho, em nossas escolas. Acessibilidade e inclusão são palavras distintas, mas que exercem ações conjuntas para lembrar a sociedade moderna-contemporânea e tecnológica, que ao seu redor há pessoas com diferentes especiais, sejam elas: motora; mental; linguística ou intelectual, que querem realizar os mesmos atos iguais, porém adaptados as suas limitações, aos não deficientes, isto é, coabitarem o mesmo ambiente físico, e não separados, e recebendo os mesmos atributos que o ensino regular fornecem em seus projetos políticos pedagógicos, tendo, agora, a acessibilidade presente em sua arquitetura e a inclusão em suas práticas pedagógicas. Segundo o pensamento de Aranha (2000, p.02): “A ideia de inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade.”

A educação é o principal recurso para que a acessibilidade e a inclusão se faça presente na vida de cada estudante especial, uma vez que a mesma contribui para o enraizamento do aprendizado adquirido em um ambiente educacional acessível, na evolução do desenvolvimento pessoal de cada educando e no combate aos preconceitos estabelecidos sobre as pessoas com algum tipo de limitação. Porém, infelizmente, a acessibilidade é um fator, em muitas regiões, obscura, mesmo tendo políticas públicas que favorecem a sua aplicação, observando assim um paradoxo, ou seja, uma lacuna entre o que preconiza a legislação e o que de fato ocorre na prática.

Ademais, a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, tanto para as pessoas com necessidades especiais, quanto para pessoas com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000). Tal lei mostra-nos que a reflexão sobre o querer combater o indiferentismo por meio da promoção da acessibilidade e inclusão, especialmente no âmbito educacional, está plenamente distante da prática. Proporcionando assim, a permanência da não inclusão de imediato dos discentes em ambientes de ensino regular e sua efetivação na prática.

O trabalho está dividido em três capítulos, sendo que cada unidade possui subdivisões. Nesse contexto, o primeiro capítulo busca relatar, de forma sucinta, mas direto, o processo histórico-evolutivo da educação brasileira iniciada pela companhia de Jesus até o regime militar. Apresentando assim alguns pontos importantes que ocorreram desde 1554 até o século XX. As subdivisões do capítulo 01 são: Educação Brasileira no Período Colonial; Marquês de Pombal; Principais Mudanças na Educação Brasileira, Pós-Expulsão dos Jesuítas, na Segunda Metade do Século XVIII; A Educação Brasileira com a Vinda da Família Real; Período Regencial; A Educação Brasileira no Segundo Reinado; Educação no Brasil República; Educação Brasileira em Pleno Século XX; e Educação Brasileira no Regime Militar. Já o capítulo 02 busca relatar por meio de questionamentos o que seja a acessibilidade e a inclusão, demonstrar leis e decretos para que as mesmas sejam vivenciadas no ensino regular de educação e apresentar alguns meios para que a acessibilidade em âmbito educacional ocorra. As subdivisões são: O que é acessibilidade?; Panorama histórico sobre a acessibilidade e inclusão; Inclusão de educandos com deficiência no contexto educacional atual; Acessibilidade no Contexto Escolar; Recursos necessários no ambiente escolar para que a acessibilidade esteja presente; Concepção do que seja deficiência; e Escola acessível a todos. Por fim, o capítulo 03 tem como objetivo apresentar as características de um colégio estadual pertencente ao município de Marabá-PA, chamado de Anísio Teixeira e relatar se o

mesmo possui algum tipo de acessibilidade e inclusão. O mesmo capítulo só possui duas subdivisões: Caracterização Do Colégio Estadual Anísio Teixeira e Inclusão Na Escola.

1.1 Objetivo Geral

Compreender o processo de implantação e desenvolvimento da educação em terras brasileiras, desde o período colonial até o século XX, para entender o porquê da acessibilidade e inclusão de crianças especiais em tempo regular de ensino e tendo a escola Anísio Teixeira, Marabá-PA, como recurso observatório para verificar se houve ou não mudanças necessárias.

1.2 Objetivos Específicos

I. Assimilar e entender os principais pontos do desenvolvimento da educação desde a colonização portuguesa até o século XX;

II. Relacionar as ideias de acessibilidade e de inclusão, para que haja uma cosmovisão ampla no âmbito escolar;

III. Analisar o PPP da escola Anísio Teixeira, assim como sua estrutura física, para verificar se a mesma adaptou-se para receber, em tempo regular, discentes especiais.

2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A escola Anísio Teixeira está localizada no endereço: avenida Nagib Mutran; S/N; na cidade de Marabá, no estado do Pará; na quadra especial; no bairro novo horizonte e tem como cep o número: 68501-510. A mesma abarca em sua estrutura física o ensino fundamental I e II; ensino médio e a educação de jovens e adultos-EJA, funcionando nos três períodos, ou seja, pela manhã, à tarde e à noite.

A escola foi aprovada e criada pelo decreto número: 415 no dia 03 de Junho de 1985 e renomeada pelo decreto número: 10.961 no dia 19 de Março de 2008. Possui um espaço amplo, salas climatizadas, professores e funcionários capacitados. O horário de funcionamento inicia a partir das 07:30 da manhã e finaliza às 22:00 da noite, tendo assim alguns intervalos de acordo com o turno de estudo.

Além do mais, a escola possui salas amplas para receber os estudantes; sala de diretoria; sala de professores; laboratório de informática; laboratório de ciências; quadra de esporte coberta; cozinha; biblioteca; banheiro dentro do prédio; banheiro adequado a alunos com deficiências especiais ou de mobilidade reduzida; dependências e vias adequadas a

alunos com deficiências ou mobilidades reduzidas; sala de secretaria; banheiro com chuveiro; refeitório; despensa; auditório e pátio coberto.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo consiste em uma pesquisa aplicada de caráter descritiva-teórica, que visa compreender o processo evolutivo da educação, desde a chegada dos padres jesuítas, em terras brasileiras com os seus principais pontos, ou melhor dizendo, marcos que perpetuaram, sem muitas modificações, mas sim com acréscimos de novos pontos, até o século XX.

Os subsídios utilizados para a produção deste trabalho sustenta-se explicitamente em pesquisas bibliográficas que servirão de base para a produção e o entendimento do tema proposto. Além disso, com a leitura, minuciosa, do projeto político pedagógico da instituição de análise, escola Anísio Teixeira, para verificar se houve ou não modificações específicas e fundamentais na estrutura física para abranger os educandos especiais de acordo com a cosmovisão daquilo que seja acessibilidade e inclusão social e educacional de todas as pessoas.

Para melhor organização deste trabalho foram realizadas as seguintes atividades: pesquisa bibliográfica e trabalho de campo.

Pesquisa bibliográfica: busca de informações e dados para confirmar as ideias levantadas na pesquisa, isto é, como foi a aplicação da educação na então colônia portuguesa; o porquê da expulsão dos jesuítas, detentores do ensino, de todas as terras portuguesas; como ficou a educação no governo do Marquês de Pombal; a nova visão de educação com a presença da família real; a educação no período regimental e no segundo reinado; a educação no Brasil república; a educação, em sua amplitude, no século XX; o que é acessibilidade; acessibilidade no âmbito educacional; panorama histórico entre acessibilidade e inclusão; recursos necessários para que haja acessibilidade e inclusão; e a inclusão de crianças especiais em tempo regular de ensino.

Já o trabalho de campo fundamentou-se em dois pilares. Primeiro, o estudo e a análise do PPP (projeto político pedagógico) da escola estadual Anísio Teixeira e, segundo, a verificação, por meio da observação, do espaço físico educacional, para apurar a presença ou não da acessibilidade e da inclusão na mesma instituição, isto é, além da teoria presente no PPP.

3.1 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa de referencial teórico consistiu em reunir informações e dados para melhor embasamento dos conteúdos abordados durante o estudo. Para que houvesse uma melhor e

eficaz compreensão da história da educação brasileira; do que seja a acessibilidade e a inclusão no âmbito educacional e seus respectivos objetos de estudo foram consultados os seguintes autores: Ednéia Regina Rossi, Elaine Rodrigues e Fátima Maria Neves (2009), com a obra: história da educação no Brasil (1933-1973); Maria Lucia de Arruda Aranha (1996), com a obra: história da educação; Washington Lair Urbano Alves (2000), com a obra: história da educação brasileira: a organização escolar; Odair Vieira da Silva (2006), com a obra: trajetória histórica da educação escolar brasileira: análise reflexiva sobre as políticas públicas de educação em tempo integral; Ivone Goulart Lopes (2016), com a obra: história da educação no Brasil: desafios e perspectivas; Ana Maria Villela Cavalieri (2002), com a obra: educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira?; Lígia Martha C. da Costa Coelho (2009), com a obra: história(s) da educação integral; Maria Cristina Gomes Coelho (2002) com a obra: pensamento e ação: uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional; Luiz Antônio Cunha (1988), com a obra: a universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior; Clenir Farias Gomes (2007), com a obra: lei da acessibilidade; Clayton Silva Mendes e Mauro Ferreira (2010), com a obra: análise de acessibilidade em escolas públicas no município de Passos-MG; Ednéia Maria de Carvalho, com a obra: acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida: perspectivas de atuação da biblioteca escolar do colégio militar de Juiz de Fora; Emílio Figueira (2008), com a obra: caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil; Maria Salete Fábio Aranha (2001), com a obra: paradigmas da educação com a obra: ação da sociedade com as pessoas com deficiência; Jhonatan Pache Faria (2016), com a obra: o papel do gestor no combate da prática do bullying; Mário Lúcio de Lima Nogueira e Eloiza da Silva Gomes de Oliveira (2009), com a obra: legislação e políticas públicas em educação inclusiva; Ivonete Maria da Silva Almeida (2012), com a obra: acessibilidade física nas escolas públicas. Um problema de gestão?; Vandelson Lima Aguiar (2014), com a obra: a escola pública e acessibilidade: as na escola centro e Pereira-CERP; Eduardo Cardoso e Tânia Luísa Koltermann (2011), com a obra: instrumento de avaliação de acessibilidade; Rita de Cássia Fumegalli (2012), com a obra: inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?; Solange Lucas Ribeiro (2018), com a obra: acessibilidade para a inclusão na escola: princípios e práticas; e Márcia Aparecida Marussi Silva e Maria Terezinha Bellanda Galuch (2009), com a obra: interação entre crianças com e sem necessidades educacionais especiais: possibilidades de desenvolvimento.

3.2 Trabalho de Campo

Já o trabalho de campo desenvolveu-se por meio da leitura profunda e detalhada do projeto político pedagógico do instituto educacional de ensino escola estadual Anísio Teixeira, que teve como principal objetivo a obtenção de dados referente a escola em sua visão geral, porém com ênfase no espaço físico, isto é, para verificar se a mesma é apta a receber, não somente na teoria, discentes especiais ou com mobilidades reduzidas em tempo regular de ensino junto com educandos ditos como normais, uma vez que levará em consideração, também, a presença de materiais adaptados e funcionários capacitados. Além do mais, será apresentado uma pequena história oral para verificar, por meio da apresentação do funcionário 01 do educandário, as mudanças ocorridas ao longo do tempo no espaço físico da escola.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, DO PERÍODO COLONIAL AO SÉCULO XX

4.1.1. Educação Brasileira no Período Colonial

A educação escolar no Brasil iniciou com a vinda da companhia de Jesus, ordem religiosa romana fundada por Inácio de Loyola, para a terra de Santa Cruz em 1554 e permanecendo, como regente educacional, até o ano de 1759 com escolas de instrução elementar, contudo de forte tendência elitista e excludente. O objetivo principal, isto é, de início da companhia era de evangelizar e catequizar os índios, além de colaborar com o desenvolvimento cultural, linguístico e religioso das famílias que aqui viviam.

De acordo com Romanelli:

Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características que tão bem distinguiam a aristocracia rural brasileira, que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar. (2002, p.34)

A companhia de Jesus ou sociedade de Jesus foi estruturada pelo ex-militar Inácio de Loyola e outro seis companheiros que se reuniram em uma pequena capela em Paris, na França, onde fizeram, os sete, em consonância com o número da perfeição, de acordo com a visão teológica-cristã, o juramento de fundar uma outra ordem religiosa. Contudo, a nova congregação não era de cosmovisão monacal, isto é, não enclausurados e nem seguiam horas

estabelecidas para realizarem seus atos religiosos em comunidade. A mesma foi aprovada em 1540 pelo papa Paulo III.

A ordem religiosa ficou conhecida por dois grandes exercícios, a missão e a educação. De início, a sociedade não almejava tais pretensões, pois nasceu como um dos meios de mudanças estabelecidas e aprovadas pela reforma católica, no concílio de Trento, em oposição aos argumentos apresentados pelos reformadores protestantes. Os jesuítas tornaram missionários e educadores em razão dos desafios e problemas que havia em seu tempo.

De acordo com Costa e Menezes:

De início, é preciso considerar que as duas grandes atividades às quais os jesuítas deveram sua fama, a missão e a educação, não constavam dos primeiros objetivos da Companhia. A Ordem religiosa que nasceu sob o signo da Reforma Católica³ tornou-se missionária e educadora em resposta a desafios que lhe foram impostos pelos mandatários de estados católicos. Foi em terras lusitanas, ou de domínio da Coroa portuguesa, que os jesuítas principiaram a desenvolver aqueles trabalhos. (2009, p.33)

Durante o século XVI, os jesuítas tornaram os religiosos mais importantes do ocidente. Consta que em 215 anos de existência, a ordem realizou mais de 361 expedições missionárias e fundou, somente em Portugal, 30 colégios; já no mundo todo havia mais de 144 institutos de ensino. Com a fundação de vários colégios, em particular sendo os mais importantes o Romano e o Germânico em Roma, estabeleceram regras para o ensino, para Portugal e demais colônias. Em 1599 foi publicado o *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, ou simplesmente *Ratio Studiorum*.⁴ (...) *Ratio Studiorum*: um conjunto de 467 regras com objetivo de orientar tanto o conteúdo educativo como todas as funções inerentes ao funcionamento dos colégios, ou seja, um plano, uma organização dos estudos⁵. (Costa e Menezes, 2009, p.34).

Os jesuítas desenvolveram, de início, a educação formal no Brasil colônia destinado, principalmente, aos filhos dos colonos portugueses e aos futuros membros da companhia. No mesmo século foi fundado três grandes colégios patrocinados pela coroa, o colégio da Bahia, o colégio do Rio de Janeiro e o colégio de Pernambuco.

Para Costa e Menezes:

Em 1556 foi fundado o Colégio da Bahia, cuja investidura real aconteceu em 1564; em 1567, o Colégio do Rio de Janeiro, transferido de São Paulo de Piratininga; e em 1576, o Colégio de Pernambuco, em Olinda. Nos dois séculos seguintes, foram fundados mais seis colégios e quatro seminários. (2009, p.37)

O ensino fornecido pela escola elementar, criada e desenvolvida pelos jesuítas, buscava ensinar com ênfase algumas cadeiras disciplinares, tais como: retórica; gramática portuguesa; língua grega e língua latina, para serem estudadas durante seis anos. Já no ensino posterior, os mesmos aprendiam filosofia; língua latina avançada; língua grega avançada; matemática e física, para serem estudadas no prazo de três anos, uma vez que os padres e irmãos jesuítas buscavam, de acordo com seus recursos e contexto, fornecer um ensino de qualidade e similar a educação de Portugal.

Conforme Aranha:

Nas escolas jesuíticas, no ensino elementar aprendia-se retórica, humanidades, gramática portuguesa, latim e grego, esta modalidade de ensino tinha duração de seis anos. No ensino posterior ministravam-se aulas de matemática, física, filosofia, latim e grego, a mesma tinha duração de três anos. (1996, p.36)

4.1.2. Marquês de Pombal

Na segunda metade do século XVIII, houve um grande descontentamento da metrópole portuguesa em comunhão com suas colônias com a companhia de Jesus, isto é, com os padres jesuítas, que acarretou, posteriormente, a expulsão, em 1759, dos mesmos das regiões lusófonas pelo ministro Sebastião José de Carvalho, futuro marquês de Pombal, título esse dado por Dom José I, pelos seguintes motivos: por terem sido acusados pela tentativa de assassinato do rei; pela queda da produção de minerais, já que era o principal eixo aglutinador da vida econômica das colônias entorno dos engenhos; pela educação estar sob o domínio, unicamente, de religiosos e não do império e os atritos cíclicos entre os colonos com os religiosos, devido as diferentes questões de trabalho e moral acentuados entorno dos índios e dos escravos africanos. Além do mais, por serem obstáculos aos princípios iluministas, tais como: igualdade jurídica, o racionalismo, a crença no progresso e o combate ao antigo regime.

Romanelli afirma que:

(...) com a queda de produção da mineração, aos atritos entre os colonos e os religiosos, devido à questão do trabalho compulsório dos indígenas, fatos esses que culminaram com a expulsão dos Jesuítas de Portugal e de suas colônias no ano de 1759, pelo marquês de Pombal (2002, p.54)

Com a expulsão de todos os jesuítas, seja de Portugal ou de suas colônias, a educação retrocedeu, diferente de outras regiões da Europa que permaneceram com a mesma organização desenvolvida por outras ordens religiosas; agostiniana, carmelitana, beneditina ou

dominicana, onde levou-as, de acordo com o seu tempo, ao desenvolvimento e evolução cultural permitido para o seu tempo. Com isso, a educação brasileira entrou em um processo de declínio e foi somente uma década mais tarde, que o marquês de Pombal iniciou a reconstrução do ensino, isto é, com várias ideias desconexas e fragmentas para aquele tempo. Mas, foi somente em 1772 que o império implanta o ensino público oficial, realiza a nomeação de novos docentes e começa, de fato, a olhar para a educação, além de implantar novos planos de ensino, supervisão e gestão. O curso de humanidades, tão aplicada pelos padres jesuítas, foi remodelado para o sistema de aulas régias de disciplinas específicas e isoladas.

Aranha diz:

O marquês de Pombal só inicia a reconstrução do ensino uma década mais tarde, provocando o retrocesso de todo o sistema educacional brasileiro. Várias medidas desconexas e fragmentadas antecedem as primeiras providências mais efetivas, levadas a sério só a partir de 1772, quando é implantado o ensino público oficial. A coroa nomeia professores e estabelece planos de estudo e inspeção. O curso de humanidades, típicas do ensino jesuítico, é modificado para o sistema de aulas régias de disciplinas isoladas. (1996, p. 134)

4.1.3. Principais Mudanças Na Educação Brasileira, Pós-Expulsão Dos Jesuítas, Na Segunda Metade Do Século XVIII

Com a extinção do método jesuítico no ensino brasileiro, através do alvará de 28 de julho, o Marquês de Pombal realizou algumas ações: primeiro, fechou os colégios criados pelos jesuítas e a criação de aulas avulsas de gramática latina, grega e hebraica, retórica e filosofia; segundo, a indicação do diretor geral dos estudos e a determinação dos concursos para professores; terceiro, a expulsão geral da ordem jesuíta das terras portuguesas; quarta, proibição do uso de materiais didáticos produzidos pelos jesuítas; quinta, criação da real mesa censória; sexta, atribuição da responsabilidade pelos estudos menores à real mesa censória; sétima, aprovação dos novos estatutos da universidade; oitava, lei e mapa dos estudos menores e instrução dos professores e nono, a criação de subsídios literários.

Ademais, muitos foram os obstáculos para a implantação das mudanças impostas pelo Marquês de Pombal em terras brasileira. As dificuldades ocorreram devido à falta de autonomia de muitas capitais, o isolamento geográfico de alguns povoados, a falta de estradas, meio de comunicação e meios de transportes. Além do mais, havia poucas pessoas interessadas em frequentar as aulas régias, pois grande parte dos jovens estavam envolvidos

no recrutamento para a milícia; além de que o ingresso na elite ou na ocupação de algum cargo administrativa se dava pela hereditariedade e pela riqueza e não pela educação.

Para Ivana Veraldo:

(...) os obstáculos à difusão do ensino na Colônia brasileira no período aqui tratado. A tardia conquista de autonomia administrativa de muitas capitanias, o isolamento geográfico, a ausência de estradas, meios de transporte e de comunicação precários e o escasso povoamento foram aspectos que cooperaram no adiamento da aplicação das medidas pombalinas de reforma da instrução, mas outros elementos também podem ser acrescentados a essa discussão. (2009, p.49)

4.1.4. A Educação Brasileira Com A Vinda Da Família Real

Com a vinda da família real portuguesa, em meados do século XIX, para as terras brasileiras, devido a invasão realizada por Napoleão Bonaparte, estima-se que embarcou rumo a colônia, sob a escolta da marinha britânica, cerca de 15 mil pessoas. Vieram altos funcionários, nobres, familiares do príncipe, militares e sacerdotes que buscavam refúgios da invasão dos francês e uma nova sede para o reino português. Com essas mudanças repentinas e bruscas, os institutos de educação sofreram sensíveis, porém fundamentais, mudanças em seus quadros, ou seja, para suprirem as diferenças culturais, intelectuais e as faltas de recursos europeus no Brasil, principalmente no âmbito do ensino, foram criados novos cursos de nível superior. “ Em meados do século XIX, com a vinda da família real e da corte portuguesa para o Brasil, o quadro das instituições educacionais brasileiras sofre sensíveis mudanças, foram criados vários cursos de nível superior.” (ROMANELLI, 2002).

No dia 03 de maio de 1823 acontece a primeira assembleia constituinte, que redige a primeira constituição do império, onde contempla a gratuidade do ensino a todos os cidadãos brasileiros. Contudo, os recursos liberados pelo império eram insuficientes e, além do mais, não havia pessoas, nesse caso, professores capacitados para o magistério.

Segundo Ribeiro citado por Washington Lair:

(...) a Constituição contemplava a gratuidade do ensino a todos os cidadãos, porém os recursos, tanto quantitativos como qualitativos eram insuficientes para a educação. Assim a escola, especialmente, as de primeiras letras eram reduzidas, e não havia pessoal preparado para o exercício do magistério, e os poucos que atuam não encontram apoio, muito menos amparo. (2000. p.30)

Para que o ensino público fosse propagado, Dom Pedro I promulga uma lei geral, que estabelece a criação de escolas de primeiras letras e institui o ensino primário para o sexo feminino em todas as cidades e comunidades que houvesse um grande número de pessoas; já que seu objetivo era de criar uma rede escolar em terras brasileiras. Essa lei foi chancelado no dia 15 de outubro de 1827, sendo a primeira e única geral para o ensino público. Neste mesmo ano, foi criado a segunda e última lei do primeiro império, que foi a criação da faculdade de direito em São Paulo e Olinda no dia 11 de agosto.

4.1.5. Período Regencial

Com a abdicação de Dom. Pedro I, em favor de seu filho Dom. Pedro II, o governo é administrado, até o golpe da maioridade, por regências. Até o ano de 1834 todas as medidas, ações e atos sobre a educação eram tomadas no Rio de Janeiro, porém a maioria das medidas eram voltadas à educação superior.

Ribeiro, citado por Washington Lair:

Durante o período regencial, e, mais especificamente até 1834, todas as decisões sobre educação foram tomadas no Rio de Janeiro e as medidas educacionais referiam-se, sobretudo ao ensino superior. (2000, p.47)

Neste mesmo ano, foi instituído o Ato adicional, que possibilitou às províncias a criação e a manutenção do ensino primário e secundário. Porém, dezessete anos depois que, de fato, o ato adicional, que diz respeito a educação, foi posto em prática. Em 1835 e 45 foram criadas escolas normais, duração de dois anos, com a intenção de formar professores o mais rápido possível, devido ao grande número de educandos. Segundo Washington Lair (2009, p.47) ‘‘ Entre 1835 e 1846 são criadas no Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e São Paulo as primeiras escolas normais com duração, de no máximo, dois anos, com a intenção de preparar, urgentemente, professores para atender a demanda.

4.1.6. A Educação Brasileira No Segundo Reinado

O segundo reinado iniciou com grandes dificuldades, entre eles a crise na educação, uma vez que quase não houve nenhum tipo de mudança. Além do mais, foi nesse período que houve um grande déficit de pessoas e instituições que não se preocupavam com pesquisas,

elaborações e aplicações de bons métodos de ensino. Diante de tudo isso, houve um grande desejo em querer reverter toda essa situação, mas, infelizmente, quase não houve contribuições e interesses dos altos escalões para sair do papel.

São Paulo foi a província pioneira em criar a lei que propunha a ordenação e a fiscalização de todo o ensino público e, também, criou uma escola normal para a formação de professores da província

Segundo Washington Lair:

A Província de São Paulo foi pioneira em criar uma lei propondo a ordenação e fiscalização em todo ensino público, pela Lei Geral nº. 34, de 16 de março de 1846. Cria, ainda, na mesma data, uma escola normal para a formação de professores na Capital da Província. (2000, p.43)

Em síntese, o período imperial, tanto de D. Pedro I quanto de D. Pedro II, não apresentou avanços tão esperados no setor da educação brasileira, mesmo tendo sido o primeiro país do mundo que proclamou a gratuidade do ensino. No dia 1 de março de 1823, foi adotado o método de ensino conhecido como monitorial ou mútuo. Esse método foi desenvolvido na Inglaterra pelo Quaker Joseph Lancaster e pelo pastor anglicano Andrew Bell, que baseava-se na formação de muitos alunos por um único professor, com regularidade e compasso.

Conforme Washington Lair, o método:

Monitorial ou mútuo, que ficou, também, conhecido como Lancasteriano. Esse método de ensino sistematizado na Inglaterra no século XVIII pelo Quaker Joseph Lancaster (1770-1838) e pelo pastor anglicano Andrew Bell (1753- 1832), baseava-se na difusão da formação primária, a partir do aprendizado de muitos alunos, por um único professor. (2009, p.44)

Mesmo tendo sido um homem culto e progressista, Dom Pedro II não conseguiu realizar muitos projetos que fossem de fatos eficientes para o aperfeiçoamento e desenvolvimento da educação. Washington Lair (2000, p.48): ‘‘ A falta de organização e de projeto para o ensino superior passou por esse período regencial e perdurou durante todo o Império’’.

4.1.7. Educação No Brasil República

O Império português chega ao fim no século XIX completamente decadente e sem conseguir responder aos interesses do povo, em particular os da classe média. Sem influências políticas e meios de produção, Cafeicultores e militares, principais representantes da classe média, juntam-se para derrubar o governo, mas não possuem força suficiente. Mesmo sem muitas forças e recursos, proclamam a república no dia 15 de novembro de 1889 sem nenhuma ajuda das classes baixas.

Com a proclamação da república, o antigo monarquista e amigo do imperador Marechal Deodoro da Fonseca foi escolhido, provisoriamente, para governar a mais nova república presente em terras americanas. Seu ministério, de modo geral, era composto pelas elites econômicas e políticas.

Segundo Figueira, citado por Washington Lair, afirma que:

Proclamada a República foi escolhido o Marechal Deodoro da Fonseca, antigo monarquista e amigo do Imperador, para chefiar no Governo Provisório, este escolheu civis e militares de destaque no movimento republicano para compor seu ministério. Entre os civis estavam os poderosos representantes da aristocracia cafeeira de São Paulo. (2002, p.187)

Floriano Peixoto foi o principal representante dos cafeicultores na nova república, além de ser o vice de Marechal Deodoro. Já em 1891, assume o governo e presencia o aumento da crise entre os aliados, uma vez que São Paulo e Minas Gerais disputavam o poder, ficando assim conhecido como a política do café com leite. Inegavelmente, devido a tal política, a oligarquia mineira e paulista alternava, até o ano de 1930, no domínio da república.

Segundo Figueira, citado por Washington Lair:

“Assim nasceu a chamada política do café com Leite, por meio da qual a oligarquia mineira e paulista passou a se revezar no poder até 1930”.(2000, p.51)

O desinteresse do novo regime pela educação era evidente, já que na promulgação da primeira constituição de 1891, não foi esboçando nenhuma ideia ou projeto que falasse sobre a importância ou a obrigatoriedade da escolarização.

Para Washington Lair:

O desinteresse do novo regime pela educação está nítido na promulgação da primeira Constituição em 24 de fevereiro de 1891, que é completamente omissa, não reservando sequer uma linha para falar da obrigatoriedade da escolarização. (200, p.52)

Para mais, no mesmo ano, a constituição chancelou o sistema dual de ensino, além de oficializar a grande distância e diferença entre a educação ministrada às classes dominantes, que difere da educação ministrada aos dominados, ou melhor dizendo, ao povo.

Segundo Romanelli:

A Constituição da Republica de 1891, consagrou o sistema dual de ensino e oficializou a distância entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional). (2002, p. 25)

Em meio a toda essa instabilidade governamental, cresce o número de pessoas que solicitam reformas, de imediato, da educação. Em 1892, no dia 08 de setembro, foi assinado a lei número 88, que reforma o ensino público, primário e secundário, buscando cumprir, pelo menos um pouco, as exigências apresentadas. Além de tudo, a lei manteve a antiga estrutura educacional inalterável, ou seja, controlando o ensino através da manutenção do conselho superior, do diretor geral da instrução pública e das câmaras municipais. ‘’ Essa reforma vai mais longe, cria os três graus de ensino: primário, subdivido em preliminar e complementar, secundário e superior.’’ (2002, p.52)

Em 1894, no dia 26 de setembro, foi criado um novo grupo escolar com novas metodologias pedagógicas, fazendo com que o ensino se torne seriado, com classes semelhantes, em um mesmo espaço físico e sob uma única tutela regimental, além de que cada turma possua apenas um único professor e com metodologias modernas e diversificadas.

De acordo com Ananias, Fonseca e seco, citado por Washington Lair:

Um novo Decreto Estadual de nº. 248 é feito em 26 de setembro de 1894, que cria o Grupo Escolar com uma nova proposta pedagógica, onde o ensino passa a ser seriado, com classes homogêneas, num mesmo prédio e, sob uma mesma direção com métodos pedagógicos modernos e com um professor para cada classe (2000).

Infelizmente, os programas educacionais elaborados pela república, não deram muito êxito, como também não conseguiram resolver os antigos problemas já existentes. Enfim, a educação na primeira república passou por algumas mudanças e a primeira foi logo após a

proclamação da independência, no governo temporário de Marechal, onde o mesmo cria o ministério da instrução pública. Mas, em 1892, Floriano Peixoto, em seu governo, destitui esse ministério e a educação passa a ser um diretório do ministério de justiça e de negócios internacionais. Porém, em 1894, a educação ganha novos status e se torna, novamente, um ministério pertencente a instrução pública ainda no governo de Peixoto.

Washington Lair afirma que:

A educação na Primeira República passou por algumas reformas, sendo a primeira logo após a Proclamação da República no governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca quando cria o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, tendo Benjamin Constant Botelho de Magalhães como seu primeiro ministro. Porém, em 1892, no governo de Floriano Peixoto, esse ministério é extinto e a educação passa a ser uma diretoria do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, tendo Inocêncio Serzedelo Correia, interino, e Alexandre Cassiano do Nascimento como seus ministros. Em 1894, ainda no governo de Floriano, a educação ganha de novo status de ministério com a criação do Ministério da Instrução Pública. (2000, p.54).

4.1.8. Educação Brasileira Em Pleno Século XX

Com o alvorecer do século XX, período de grandes mudanças em todos os âmbitos sociais, houve a necessidade, também, de mudanças no campo educacional. Na década de 20 e 30, para o alavancamento e aperfeiçoamento do ensino para o bem comum, ocorreram várias reformas estaduais, ou seja, com novas visões pedagógicas, vindo-as do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará. Todavia, foi somente 1932, isto é, na década de 30 que ocorreu o manifesto de um grupo conhecido como os pioneiros da educação nova, que defendia uma educação laica, realmente pública e gratuita para todos, sem distinção.

Conforme Odair Vieira:

Em 1932, ocorre à divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, movimento que marcou a educação nacional e defendia a ideia de uma educação pública, gratuita e laica para todos os cidadãos brasileiros. (2010, p.04)

Além do mais, foi neste mesmo contexto, de evoluções e solicitações, que surge ideias de formação integral e de escola de tempo integral, com o objetivo de levar aquilo que seja a escola, instituição de formação de pessoas, a refletir qual seja a sua verdadeira vocação como um dos pilares que rege a sociedade plural e heterogênea. Com uma nova visão, surge as concepções de formação integral e de escolas de tempo integral, que “refletia a necessidade de se reencontrar a vocação da escola na sociedade urbana de massas, industrializada e

democrática” (CAVALIERE, 2002. p. 251). A educação integral foi apresentada em contrapartida a educação elitista e excludente que foi desenvolvida e vivenciada desde o Brasil colônia. O precursor e propagador foi o advogado e educador Anísio Teixeira, que sonhava como uma educação pública e integral de qualidade para todos os brasileiros.

Em plena conformidade com Coelho:

No Brasil, podemos dizer que foi com Anísio Teixeira, na década de 50, que se iniciaram as primeiras tentativas efetivas de implantação de um sistema público de escolas com a finalidade de promover uma jornada escolar em tempo integral, consubstanciada em uma formação completa. (2009. p. 90).

Por outro lado, a educação nacional continuou sendo, em pleno século XX, um dos principais temas a ser debatido, uma vez que foi apenas com a aprovação da lei de diretrizes e bases da educação básica 4024/61, que foi criado o sistema nacional de ensino, o qual não democratizou o ensino. Contudo, somente com uma sociedade democrática, poderemos ter uma educação democrática, pois a educação e o ensino são fenômenos sociais. Infelizmente. A educação brasileira, por estar em uma sociedade plenamente antagônica, está nas mãos daqueles que detêm o poder estatal e que acaba direcionando, somente, privilégios a grupos específicos, fazendo assim, por estar no âmbito escolar, apresentações de ações que não traduzem o que de fato a sociedade exige, revelando um verdadeiro descompasso entre as classes.

Segundo Maria Cristina:

Isto explica a manutenção do quadro caótico e de crise da escola pública atual. Os professores não têm formação adequada, os prédios escolares são insuficientes e mal conservados, falta material escolar e equipamentos das novas tecnologias, as salas são superlotadas, mantêm-se altos os índices de evasão e repetência e o ensino ofertado carece de qualidade, conforme atestam os indicadores avaliativos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2009, p.113)

4.1.9. Educação Brasileira No Regime Militar

O Brasil, quando foi governado por presidentes militares, passou por um longo período de ditadura, ou seja, apoiado pelo Estados Unidos da América e por setores internos contrários às reformas propostas por João Goulart. Ademais, o regime foi se organizando e buscando, ao longo de seu período de permanência, formas de legitimar o seu poder e ações tomadas.

A educação no período do regime fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau, tendo a lei 5692/71 como o seu principal recurso de elaboração. Tal lei tinha como principal objetivo, no 1º artigo, proporcionar aos estudantes a formação necessária de suas potencialidades como elemento de autorealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício, futuro, profissional. A mesma lei estabelece a ligação entre idade e série escolar, sendo que o ensino primário passa a ser chamado de 1º grau, formado por oito anos de estudo e sendo iniciado com 07 ano de idade e concluído com 14 anos; além de ser gratuito, é fornecido pelo estado e obrigatório.

Para Cunha:

O “Estado estabeleceu para si próprio o dever de garantir a escolarização obrigatória e gratuita (pelo menos nos seus estabelecimentos) para toda população a partir dos 7 anos de idade”. Anteriormente, prevalecia o disposto na Lei 4024/61 em que a obrigatoriedade e a gratuidade estavam garantidas apenas para o curso primário de 4 anos. (1975, p. 117)

Já o 2º grau, conhecido como período de profissionalização, buscava preparar o aluno para o exercício de uma atividade profissional ao término do estudo, diferente do 1º grau, que era voltada para a educação básica geral. Com a obrigatoriedade da profissionalização dos alunos, acabou gerando dificuldades para adentrar no ensino superior, uma vez que houve muitos déficits na formação geral dos discentes em escolas ou institutos públicos, pois preocupava-se mais com as cadeiras disciplinares voltadas para a formação profissional do que intelectual e cultural.

Para Ana Paula e Afrânio Mendes:

A obrigatoriedade da profissionalização acabou acentuando a desigualdade de acesso à universidade na medida em que houve o empobrecimento da formação geral nas escolas públicas em benefício de disciplinas profissionalizantes, criando dificuldades para os alunos que chegavam ao 2º grau, mas que não possuíam recursos financeiros familiares para a realização de cursos pré-vestibulares. (2009, p.129)

Para mais, o ensino supletivo obteve muita atenção no período de regime militar, pois seu principal objetivo era de proporcionar aos jovens e adultos a educação, que não tiveram na idade correspondente, de suprir a escolarização incompleta ou para aperfeiçoar e atualizar os conhecimentos. Além do mais, o ensino supletivo não seguia os mesmos padrões de ensino em que o 1º e 2º grau estavam embutidos, isto é, o mesmo seguia um sistema próprio e usa

todos os meios de comunicação como principais recursos de transmissão do conhecimento. Também, nesse período, foi criado o MOBREAL, movimento brasileiro de alfabetização, devido ao grande índice de pessoas analfabetas. Segundo Ana Paulo e Afrânio Mendes (2009, p.129), “ É criado, também, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), visto que nesse momento o Brasil tinha um contingente de mais de um terço de jovens e adultos analfabetos.

5. ACESSIBILIDADE NO ÂMBITO ESCOLAR

5.1. O Que É Acessibilidade?

Os termos acessibilidade e inclusão são duas palavras distintas, ou seja, que possuem características e conceitos próprios, mas que andam juntas com o intuito de buscarem uma nova ideia organizacional de escola, para que a mesma, com uma nova visão, possa eliminar ou limitar as barreiras que dificultam o acesso e a integração de todos as crianças e pais a obterem uma excelente qualidade de ensino, sem distinção ou com algum tipo de preconceito.

Segundo Clenir Farias:

O paradigma da educação inclusiva nos convida a pensar nas questões de acesso e de qualidade na educação, chamando a atenção dos sistemas de ensino para a necessidade de uma outra organização dos espaços escolares, com o objetivo de eliminar barreiras que dificultam ou impedem a participação e a integração de todos na escola. (2007, p.09)

A palavra acessibilidade é compreendida como chegar em qualquer ambiente, seja ele público ou privado, com segurança, conforto, tranquilidade e sem nenhum tipo de dificuldade em sua locomoção para realizar suas ações com segurança e rapidez, uma vez que o ambiente deverá possuir uma estrutura física adequada, equipamentos próprios e pessoas aptas e preparadas a ajudar quem necessitar. Já que acessibilidade significa espaços livres de barreiras, que favoreçam a locomoção e a autonomia independente das pessoas.

Para Clenir Farias:

A acessibilidade espacial significa chegar a algum lugar com segurança, conforto e independia, entender a organização e as relações espaciais que este lugar estabelece, e participar das atividades que ali ocorrem fazendo uso dos equipamentos disponíveis. (2007, p. 12)

Já o termo inclusão faz-se referência a vida social e educativa, neste caso, dos discentes em ambientes escolares, para que os pequenos ou grandes educandos não fiquem a margem

daquilo que se diz educação, mas sim, recebam com dignidade toda uma gama social, linguística, cultural e matemática do conhecimento, adaptadas as suas necessidades e dificuldades, ofertados no ensino regular. Segundo Clenir Farias (2007, p. 12): “ o termo inclusão refere-se à vida social e educativa de todos os alunos. Tem como meta principal não deixar ninguém no exterior do ensino regular”.

Segundo Mendes e Ferreira:

A inclusão social de pessoas com deficiência contribui para a construção de uma nova sociedade, desenvolvida por meio de transformações nos ambientes, nos procedimentos técnicos e na mentalidade da população, inclusive da própria pessoa com deficiência. (2010, p. 04)

Além do mais, a acessibilidade deve ser vista e compreendida como parte de uma política de mobilidade que promova e integre as pessoas com diferentes tipos de deficiências a uma verdadeira e ativa inclusão social e humanística. “A acessibilidade é vista como um meio de possibilitar a participação das pessoas nas atividades cotidianas que ocorrem no espaço construído, com segurança, autonomia e conforto” (MORAES, 2007, p. 34).

5.2.Panorama Histórico Sobre A Acessibilidade E Inclusão

Falar sobre pessoas com algum tipo de deficiência, ao longo dos tempos, não é um processo tão fácil de se apresentar, uma vez que não foram ações homogêneas e nem lineares. Pois, de acordo com diferentes contextos históricos, houve execuções em massa de pessoas especiais ou o tratamento humanizado dos mesmos com diferentes recursos e habilidades.

Foi ao longo do século XX que ocorreram mudanças de abordagem e de perspectiva sobre a pessoa com deficiência. Mas, antes de 1980, era comum, qualquer pessoa, que possuísse algum tipo de deficiência explícita, ser denominada de inválida. Já o ano de 1981 foi considerado como o Ano Internacional do Deficiente pela organização das nações unidas (ONU), dando assim, maior destaque a essa população, que começa a criar consciência de si como cidadãos semelhantes em ações e dignidades como qualquer outra pessoa.

Conforme lembrado por Figueira citado por Edneia Maria:

O ano de 1981, conforme pontua Figueira (2008), teria sido um ano emblemático para as pessoas com deficiência, porque a Organização das

Nações Unidas (ONU) declarou 1981 como Ano Internacional da Pessoa Deficiente [sic]. Isso proporcionou visibilidade social dessa população que começa a tomar consciência de si como cidadã (2017, p.15).

No Brasil, em 1988, a carta Magna equipara a condição de igualdade entre todos os cidadãos brasileiros, mostrando assim a necessidade de que haja, de fato, igualdade entre as pessoas deficientes com as não deficientes, isto é, fornecendo aos mesmos os tratamentos que os não deficientes possuem ou, até mesmo, buscar realizar adaptações de locais físicos, linguísticos, tecnológicos ou culturais para que possam abarcar, sem distinção, a todos, porque o artigo 5º da constituição federal assegura a equidade de condições sociais, evitando assim estigmas que possam abster ou excluir as pessoas especiais do meio social.

Segundo Edneia Maria:

No Brasil, em 1988, a Carta Magna equipara a condição de igualdade entre os cidadãos. Por isso, é necessário assegurar às pessoas com deficiência um tratamento que as equipare às pessoas que não têm deficiência. Se para isso forem necessárias adaptações e adequações espaciais, linguísticas, tecnológicas, de comunicação, de transporte entre outras, isso terá que ser providenciado, porque o princípio da igualdade, previsto no artigo 5º da Constituição Federal, assegura a todos os cidadãos brasileiros equidade de condições sociais. (2017, p. 16).

Com o passar das décadas, o termo outorgado as pessoas com algum tipo de deficiência foi sofrendo algumas variações, uma vez que o termo ‘‘ pessoa deficiente’’ foi utilizado desde 1981 a 1987. Já em 1990, o termo pessoa deficiente foi substituído por pessoa com necessidades especiais e depois por pessoas portadoras de deficiência, sendo os mesmos utilizados até os dias de hoje. Contudo foi a portaria SEDH N° 2.344, de 03 de novembro de 2010, que o termo pessoa portadora de deficiência pelo termo pessoa com deficiência.

Conforme Aranha citado por Edneia Maria:

Percebe-se que, na década de 1980, o termo deficiente era usual, sendo empregado pela ONU quando estabelece, em 1981, o Ano Internacional da Pessoa Deficiente [sic]. Ao longo das últimas décadas, os termos referentes às pessoas com deficiência foram sendo alterados, variando os vocábulos, entre os quais se destacam: pessoas deficientes, empregado entre 1981 e 1987, pessoas com necessidades especiais, utilizado na década de 1990. Depois, pessoas portadoras de necessidades especiais e pessoas portadoras de deficiência (2017, p.16).

Em 1989, a lei N°7.853, que dispõe sobre o apoio e a integração social para as pessoas com deficiência, foi sancionada e regulamentada em 1999 pelo decreto N°3298, que dispõe sobre a política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência. Somando assim a outras leis e decretos, tais como: as leis N° 10.048 e N° 10.098, sendo ambas de 2.000; o Decreto N° 5.296/2004 e à Lei N° 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Conforme lembrado por Edneia Maria:

Somam-se a outros como, por exemplo, às Leis N° 10.048, que prevê atendimento prioritário para pessoas com deficiência; a Lei N° 10.098, que dispõe sobre acessibilidade das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, ambas de 2000; o Decreto N° 5.296/2004, conhecido como Decreto de Acessibilidade; e à Lei N° 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, sendo que todos esses aparatos jurídicos reafirmam os direitos humanos e as liberdades fundamentais dessa população.

Hoje, a pessoa com deficiência é caracterizada, em plena conformidade com a lei N° 13.146/2015, como sendo aquela que possui algum tipo de impedimento de longo prazo, seja ele físico, mental, intelectual, sensorial ou na fala, a qual, devido a uma ou a várias barreiras, são imputadas de participarem efetivamente em igualdade de condições com as demais outras pessoas ditas como não deficientes. Tornando assim evidente a necessidade de equiparar, ou melhor dizendo, de adaptar os recursos existentes de condições sociais, educacionais, de saúde, de lazer e de trabalho das pessoas não deficientes para as deficientes.

5.3 Inclusão De Educandos Com Deficiência No Contexto Educacional Atual

A educação inclusiva busca atingir estudantes que até 2010 eram conhecidos como educandos com necessidades educacionais especiais. Por isso, a educação inclusiva recomenda que as escolas públicas, particulares ou federais se adequem as particularidades do público, já existentes, que os acolheram em seus espaços físicos. Além de qualificar docentes e funcionários em geral, para que os mesmos possam contribuir no ensino-aprendizagem de todos que estejam sob seus cuidados. Visto que toda a sociedade deve buscar, de todas as formas, superar barreiras construídas ao longo dos séculos para com as pessoas especiais.

Segundo Jhonatam:

A educação é vista como primordial no desenvolvimento e na aprendizagem do aluno e tem o conhecimento como cooperação, criatividade e de forma crítica, promovendo a liberdade e a coragem para transformar, consiste que o aprendiz se torna no sujeito ator como protagonista da sua aprendizagem. (2016, p.22).

A proposta de inserir tais educandos na rede de ensino regular já faz mais de vinte anos, uma vez que tal proposta está contido na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que é caracterizada como sendo a modalidade de educação escolar oferecida pela rede de ensino para portadores de necessidades especiais.

Para Edneia Maria:

No contexto da inclusão escolar, a LDB 9.394/96 é um aparato que resguarda a possibilidade de se incluir alunos com deficiência na rede regular de ensino, mas também deixa aberta outra possibilidade que seria encaminhá-los para atendimento especializado. (2017, p. 19)

Em 2003, o Ministério da Educação (MEC) criou o programa de Educação Inclusiva, que teve como objetivo transformar os diferentes sistemas de ensino, que compõem a educação brasileira, em sistemas educacionais inclusivos, além, também, de preparar as equipes administrativas e pedagógicas de todos os municípios da federação para lidar com essa realidade e fornecer a devida escolarização e recursos pedagógicos e humanísticos que os centros educacionais têm a fornecer para as crianças e jovens portadoras de algum tipo de deficiência.

Conforme o pensamento de Nogueira, Oliveira e Sá, citado por Edneia Maria:

O Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade é concebido, em 2003, pelo Ministério da Educação. A pretensão do Ministério da Educação é transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade. (2017, p.19)

Já em 2004, o decreto N° 5.296/04 que regulamentou as Leis Ns° 10.048/00 e 10.098/00, para evidenciar a inclusão educacional e social, chancelou normas para que os atos pensados e refletidos sobre a promoção da acessibilidade fossem executadas, isto é, com o intuito de promover e apoiar a igualdade entre todas as pessoas e, também, as adaptações de diferentes espaços para abarcarem os discentes com deficiências. Em 2006, a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiências afirma que o governo deve garantir em todos os

níveis de educação a educação inclusiva e um ambiente apropriado para que os mesmos possam vivenciar e adquirir uma formação acadêmica de qualidade e de interação social equivalente.

De acordo com Nogueira, Oliveira e Sá, citado por Edneia Maria:

Em 2006, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pela ONU dez anos após a publicação da LDB de 1996, determina que os signatários, entre os quais consta o Brasil, devem garantir “um sistema de Educação Inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena” (2017, p.19)

No mesmo ano, 2006, foi publicado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, em consonância com o Ministério da Educação, Ministério da Justiça e com a UNESCO, o plano nacional de educação em direitos humanos, que apresenta ações, no currículo da educação básica, e temáticas relativas às pessoas com deficiência e também ações que possibilitam a inclusão, acesso e a permanência dos mesmos no ensino superior de educação em todas instituições públicas ou privadas em território nacional.

Em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDN) foi instaurado pelo ministério da educação com o apoio da Agenda Social de Inclusão das pessoas com Deficiência, onde o mesmo faz referência a alguns pontos, tais como: a formação educacional de toda a equipe pedagógica para o atendimento especializado aos diferentes tipos de deficiência presentes no ambiente escolar; implantação de salas de recurso bem equipadas e a implantação de prédios escolares com uma arquitetura acessível. Segundo Nogueira, Oliveira e Sá, citado por Edneia Maria, dizem que: “ Nesse documento reafirma-se a visão sistêmica da Educação que busca transpor a dicotomia entre Educação Regular e Educação Especial”. (2017, p.20)

Também em 2007, o decreto 6.094/2007 instaura o abono de acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos educandos. Em 2014, o colégio militar elabora o projeto de educação inclusiva para sua instituição e reafirma o mesmo compromisso em seu projeto político pedagógico. Já em 2015, o projeto foi respaldado pela Lei Brasileira de inclusão da pessoa com Deficiência, ou seja, a Lei N° 13.146, de 06 de Julho de 2015. Segundo Nogueira, Oliveira e Sá, citado por Edneia Maria,

dizem que: “ O Projeto de Educação Inclusiva do Sistema Colégio Militar do Brasil prevê o fortalecimento da dimensão humana, além do desenvolvimento de ações de apoio à família militar e revitalização do SCMB.” (2017, p.20)

No âmbito da educação inclusiva, a acessibilidade é de suma importância, de grandes provisões e de interação social e cultural entre discentes portadores de necessidades educacionais especiais, uma vez que a mesma proporciona aos estudantes a exercerem suas escolhas e a oportunidade de vencerem os diferentes obstáculos que o seu meio possui.

Para Ivone Maria:

A acessibilidade é antes de mais nada, uma forma de inclusão social dando oportunidade a qualquer indivíduo de exercer a sua escolha individual e é, portanto, uma abordagem centrada na “pessoa” e nas suas condições e capacidades físicas, sociais e econômicas. (2017, p.11)

A acessibilidade é um direito garantido por lei, de acordo com a constituição federal brasileira, e é fundamental e essencial para que as crianças, jovens e adultos com deficiência, sejam elas: motora, mental ou educacional, possam acessar, com dignidade e facilidade, todos os espaços de sua escola e realizar, com independência, todos os exercícios escolares com segurança, ou seja, atividades adaptadas de acordo com suas necessidades, mas sempre com conforto e autonomia, conforme suas capacidades e suas limitações.

5.4 Acessibilidade No Contexto Escolar

O artigo 3º, inciso I, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Nº 13.146/ 2015, afirma que a acessibilidade configura-se como meios de alcance, que possibilita e dá condição as pessoas deficientes de realizarem, de acordo com seus limites e capacidades, atos comuns no dia-a-dia semelhantes das pessoas ditas como normais por meio de adaptações ou criações de novos recursos físicos. De forma que qualquer barreira, obstáculo ou impedimento que impossibilita o deficiente de exercer, com dignidade e pleno domínio, os seus direitos constituídos e cancelados, ao longo do processo social histórico brasileiro, pela constituição federal deverá ser modificado e adequado as novas realidades presentes em nosso meio. Para Orrico Fernandes, citado por Edneia Maria (2012, p.99): “[...] a acessibilidade se constitui

como uma quebra de paradigmas, de uma perspectiva meramente adaptacionista da pessoa com deficiência para uma perspectiva de direito e funcionalidade”.

Conforme o pensamento de Edneia Maria:

Verifica-se, então, que acessibilidade configura-se não só como um direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social, mas também acessibilidades representam ações, pautadas em observações, executadas para que um ambiente se torne acessível. Um ambiente acessível é aquele que oferece condições para que todos o utilizem com segurança e autonomia. (2017, p. 22)

Ademais, a acessibilidade é um direito garantido por lei e é um apanhado fundamental para que todas as crianças, jovens e adultos com deficiência, motora, mental ou educacional, possam acessar todos os espaços de sua escola, sem dificuldades, e realizar todas as atividades escolares, programadas e estabelecidas, com segurança, conforto e independência, de acordo com suas capacidades e suas limitações.

5.5 Recursos Necessários No Ambiente Escolar Para Que A Acessibilidade Esteja Presente

As orientações, sobre a acessibilidade no ambiente escolar, busca apresentar alguns recursos para que a construção de novas escolas já saiam equipadas com materiais específicos para cada deficiência ou reformar as instituições já existentes, uma vez que todo ambiente deve ser pensado e arquitetado com o objetivo de criar, em um futuro próximo, novos projetos para que toda estrutura física esteja apta no acolhimento de estudantes especiais, sejam dificuldades motora, mental ou linguístico, visto que toda essa modificação contribuirá para um bom convívio social educacional pedagógico.

Ademais, para que a acessibilidade esteja efetivamente presente, é de suma importância que certos recursos tenham sido levados em consideração, tais como: o ambiente, ou seja, o terreno deve ser plano; haja meios de transporte públicos adaptados; pisos táteis de alerta e direcionais em calçadas; distribuição dos ambientes e fluxos; conforto térmico, lumínico e acústico; rampas e elevadores; banheiros acessíveis; instalação de trocadores; barras de apoio ao longo dos corredores e leis de prevenção contra incêndio, favorecendo assim, um melhor desenvolvimento social e educacional.

5.6 Conceção Do Que Seja Deficiência

Se pararmos para analisar o processo histórico-evolutivo-cultural do ser humano, percebemos, de acordo com o seu contexto, que todos que tiveram algum tipo de deficiência sofreram algum tipo de represaria ou exclusão da sociedade, e, até mesmo, a dizimação por serem considerados anormais ou incapacitados de contribuírem com algo à sociedade. Segundo Vandelson (2017, p.28): “ Se pararmos para rever a história da humanidade, constatamos que as pessoas com deficiência, nas mais variadas épocas, sempre estiveram segregadas.”

Segundo Cardoso, citado por Vandelson:

Deficiência é toda alteração do corpo ou aparência física, seja de um órgão ou de uma função com perdas ou alterações temporárias ou permanentes qualquer que seja sua causa. Em princípio, a deficiência significa perturbação no nível orgânico, por tratar de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica comprometida. (2013, p.35)

O conceito de deficiência, ao longo dos séculos, possuiu ideias diferentes e até mesmo paradoxas. Na idade média, com a difusão do cristianismo, as pessoas com deficiência eram vistas, em primeiro momento, como seres divinos que possuíam também o toque celestial e que necessitavam de amor, cuidado, carinho e proteção. Contudo, tal ideia foi deixado de lado, uma vez que a mesma foi vista como algo demoníaco e que necessitava ser destruído e deixado de lado.

Para silva citado por Vandelson:

Com a difusão do cristianismo, na Idade Média, a deficiência viveu momentos ambivalentes. Percebe-se que em determinados momentos eram considerados criaturas divinas, portanto não poderiam ser desprezadas ou abandonadas por possuírem alma. Em uma outra vertente, em outros momentos, representavam forças malignas e, por isso, deveriam ser eliminadas. Esta época foi marcada por atitudes paradoxais entre a proteção e a eliminação, sobressaindo a visão do aspecto sobrenatural. (2013)

Já no século XVI, a concepção, histórica-teológica, referente aos diferentes tipos de deficiente sai do âmbito moral-religioso e vai para o âmbito médico, sendo vista como doença e tratada na perspectiva de obter a cura. Entretanto, as pessoas especiais continuaram sendo

deixadas de lado e, muitas vezes, abandonados e isolados pela sociedade e pela própria família.

Vandelson afirma que:

No século XVI houve um redimensionamento da visão com relação à deficiência, passando da abordagem moral para a abordagem médica. O modelo de análise da deficiência era o da doença. As pessoas que apresentavam alguma anormalidade eram tratadas, numa perspectiva de cura. Mesmo havendo uma mudança no modo de conceber a deficiência, essa mudança não foi suficiente para provocar alterações na forma de agir diante dela. Os diferentes continuaram abandonados à própria sorte, isolados e com pouca atenção do governo e dos familiares. (2017, p.28)

5.7 Escola Acessível A Todos

O artigo 4º, da lei Nº 13.146/2015, assevera que: “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015b). Tal lei demonstra que a discriminação, seja ela qual for, é inaceitável e inconcebível, seja pelo credo, pela cor, pela posição social ou por alguma limitação motora ou intelectual.

O estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu Art. 4º, § 1º, citado por Edneia Maria, considera discriminação em razão da deficiência:

[...] toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou exercício dos direitos e liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e do fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015b).

O fundo nacional de desenvolvimento da educação, em comunhão com o ministério da educação, implementa o programa escola acessível, que promove a acessibilidade e o apoio a inclusão escolar de alunos especiais em classes comuns, isto é, recebendo a mesma educação regular de ensino, em ressonância com a lei Nº 13.146/2015, que assevera que: “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Além do mais, o decreto 7.611/2011 assegura que o ministério da educação prestará ajuda técnico e financeiro para que todas as instituições educacionais possam integrar nas novas mudanças para o bem comum.

Edneia Maria afirma que:

O Decreto no 7.611/2011 assegura que o Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro para a adequação arquitetônica de prédios escolares, elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade, visando prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos estudantes público alvo da educação especial.

Visando assegurar o direito à educação, o ministério da educação implementa políticas que promove autonomia e independência para com as pessoas especiais, fazendo assim com que o sistema de ensino seja modificado e reorganizado para que o público alvo da educação especial, receba um atendimento especializado não em escolas ou institutos específicos separados, mas sim em classes e ambientes comuns.

O programa escola acessível é uma medida estruturante para a solidificação do sistema educacional inclusivo, que foi implantada em 2012, com o objetivo de integrar o plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência. Ademais, o programa disponibiliza de recursos financeiros e multifuncionais para as escolas contempladas por meio do programa dinheiro direto na escola.

Tal programa financia as seguintes ações: *Adequação arquitetônica: rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora; *Aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis.

Edneia Maria afirmou que o ministério da educação:

(...) seleciona as Escolas que receberão equipamentos para o funcionamento das salas de recursos multifuncionais que tem alunos com necessidades educativas especiais, público-alvo da Educação Especial e que estão matriculados no ensino regular. Após o recebimento dos equipamentos, o MEC seleciona as escolas que receberão recursos financeiros para cumprir os objetivos do Programa Escola Acessível. (2017, p.29)

6. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CONFORME O PPP

6.1 Escola Estadual Anísio Teixeira, Marabá-PA

A Escola Estadual Anísio Teixeira, localizado na avenida: Nabib Mutran, s/n, Bairro: Novo Horizonte, na cidade de Marabá- Pará. Este colégio fornece o Ensino Fundamental Regular do 1º ano, ensino básico, mais conhecido como ensino fundamental I, anos iniciais, ao 9º ano, anos finais e Educação de Jovens e Adultos-EJA, do 1º a 8ª série. Porém, na parte da manhã, turno matutino, só há o ensino fundamental I e II, à tarde, turno vespertino, a escola disponibiliza, somente, o ensino fundamental II, do 6º ao 9º ano e à noite, turno noturno, educação de jovens e adultos. Esta instituição de ensino foi aprovada e criada pelo decreto número: 415 no dia 03 de Junho de 1985 e renomeada pelo decreto número: 10.961 no dia 19 de Março de 2008.

No momento presente, a Escola Estadual Anísio Teixeira, possui em seu quadro de funcionários 57 trabalhadores, em conformidade com o Projeto Político Pedagógico, PPP, nela há colaboradores do sexo masculino e feminino, repartidos em diferentes funções de acordo com suas formações e cargos outorgado, tais como: diretora, vice-diretora, secretária, supervisora, coordenadora pedagógica, coordenadora disciplinar, professores, merendeiras, cozinheiras, auxiliar de serviços gerais, vigilantes, porteiras, cuidadora e bibliotecária. “Entende-se que todo e qualquer funcionário de escola tem uma ação formativa diante do trabalho desempenhado dentro da escola.” (VIRAGO e COSTA, 2015, p, 02).

Presentemente, a Escola Estadual Anísio Teixeira, possui 1534 discentes matriculados. Dos 1534 alunos inscritos, 667 estão inscritos no período matutino, 304 no período vespertino e 563 no turno noturno. Pela manhã, a escola estadual atende somente aos Jovens e crianças do Ensino Fundamental I e II, anos iniciais e finais da educação básica. No turno matutino, os ciclos educacionais estão divididos em ensino fundamental I com turmas de 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos. Nos 1º anos há 100 alunos, entre seis e sete anos de idade; já nos 2º anos há 94 alunos, entre sete e oito anos de idade; os 3º anos possuem 100 aprendizes, entre oito e nove anos de idade; nos 4º anos há 160 alunos, entre nove e dez anos e no 5º ano há 38 alunos, entre dez a onze anos. No turno vespertino há, somente, os anos finais da educação básica, ou seja, ensino fundamental II do 6º ao 9º anos. Os 6º anos possuem 170 aprendizes, entre onze e doze anos de idade; nos 7º anos, do ensino fundamental, há 95 alunos, entre doze e treze anos; os 8º anos possuem 163 discentes, entre treze e catorze anos e os 9º anos têm 135 alunos, entre catorze e dezenove anos. Por fim, o turno noturno trabalha somente com os alunos da educação de jovens e adultos, o EJA. Nela há 563 alunos matriculados, contudo a faixa etária dos alunos varia de 20 a 65 anos de idade.

Para proporcionar uma melhor e agradável formação educacional aos seus educandos, a instituição, de educação fundamental I e II, Anísio Teixeira Fornece aos seus alunos uma ótima estrutura física, com as seguintes dependências: 50 salas de aulas, Sala de diretoria, Sala de professores, Laboratório de informática, Laboratório de ciências, sala de vídeo, sala de fanfarra, sala de educação física, depósito de material, sala de enfermagem, gabinete odontológico, sala de orientação educacional, Sala de recursos multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), Quadra de esportes coberta, Cozinha, Biblioteca, Sala de leitura, Banheiro fora do prédio, Banheiro dentro do prédio, Banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, Sala de secretaria, Banheiro com chuveiro, Refeitório, Despensa, Almojarifado, garagem e Pátio coberto. Além de possuir uma ótima estrutura, o colégio é limpo, espaçoso, pintado e organizado. De acordo com Mayumi de Souza Lima (1989; 1994; 1995) citado por Bibiana Barbosa e Mariana Barbosa (2014, p.03) afirmam que: a qualidade do espaço físico na educação dos adolescentes, no sentido de proporcionar um espaço que, ao invés de confinar a juventude no interior da escola, proporcione as condições mais favoráveis para o processo de desenvolvimento dos educandos.

O Instituto Estadual Anísio Teixeira anualmente realiza em seu espaço físico alguns projetos pedagógicos, em prol do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos seus jovens alunos matriculados na instituição. A escola executa alguns programas, tais como: projeto de leitura e escrita, projeto de incentivo à leitura de poemas e projeto da família na escola. Todos os projetos são anuais. Na escola, todos os alunos, professores e administrativo participam. Contudo, a escola permite e convida os pais ou responsáveis a participarem e interajam com todos os educadores e educandos para um melhor convívio social.

O projeto de leitura e escrita tem como objetivo: estimular a leitura por prazer; desenvolver estratégias de leitura e produção; fomentar o gosto pela leitura e escrita; sensibilizar, difundir e favorecer a leitura em espaços pedagógicos, comunitário e familiar; e aproximar os discentes do mundo da leitura e escrita. Este projeto funciona com atividades realizadas em sala de aula pelos alunos com o auxílio de seus professores, direcionados a toda a comunidade educacional.

O projeto de incentivo de poemas tem como objetivo: estimular as crianças à prática de leitura de textos poéticos; aumentar a sensibilidade, criatividade e senso crítico; realizar a

leitura de poemas; e desenvolver a produção de poemas, observando à gramática e ortografia. Este projeto funciona com a realização de atividades direcionadas pelos professores, com a produção, pelos alunos, de poemas, com a fabricação, por turma, de pequenos livretos de poemas e a apresentação e leituras para toda a escola e comunidade.

Enfim, o projeto da família na escola tem como intenção promover a integração entre os pais ou responsáveis com a escola; colaborar com o desenvolvimento dos alunos a partir de suas ajudas; e apresentar a importância da afetividade dos pais na escola, na comunidade e na família. Este projeto funciona com palestras apresentadas por psicólogas, psicopedagogas, educadoras e assistentes sociais, em roda de diálogo e teatro produzido pelos alunos e professores.

Conforme Maria Claudia (2012, p.10) diz que:

É de extrema importância que o professor crie situações para que o aluno possa trabalhar de forma independente, construindo sua aprendizagem de maneira significativa. Concordando com os dizeres dos PCN sobre autonomia, o objetivo deste trabalho é contribuir para que ela seja desenvolvida no aluno e mostrará quanto é essencial trabalhar com projetos para que muitas capacidades sejam desenvolvidas.

As principais reuniões com os pais ou responsáveis ocorrem em cada bimestre, na maioria das vezes na sexta-feira, ou seja, quatro vezes no ano com a entrega dos boletins, período esse que ocorre todo o diálogo, sobre os discentes. Nelas são relatados o ensino e a metodologia utilizados na ministração dos conteúdos planejados e o aprendizado de cada aluno, isto é, seu desenvolvimento, seus pontos positivos, negativos, a entrega das avaliações e atividades escritas realizadas em sala de aula. As reuniões são organizadas pelo corpo pedagógico e administrativo, com o objetivo de tirar e sanar todas as dúvidas e colaborar com a evolução dos educandos. Na Escola Estadual Anísio Teixeira a transmissão das reuniões só ocorre de três formas: a entrega de bilhetes, uso de cartazes pregados na entrada da escola e quando os pais vão ao encontro dos professores, em sala de aula ou secretaria, recebem a notícia, solicitando seus comparecimentos. Entretanto, a presença e a participação dos pais na instituição são muito pequenas.

De acordo com Emanuelle Bonácio (2014, p.20):

A participação dos pais na educação escolar dos filhos é de grande importância, devendo acontecer frequentemente, acompanhando todo o processo educativo. Para que isso aconteça é necessário que a escola e a

família estejam em sintonia para exercer suas influencias no desenvolvimento dos alunos.

Observa-se que no instituto de educação Anísio Teixeira, os professores não trabalham com atividades lúdicas em suas aulas, uma vez que afirmaram que o número de discentes, em suas salas, é muito grande e não conseguiriam realizar um bom trabalho de aprendizagem e, também, a falta de recursos pedagógicos para incrementar e colaborar no desenvolvimento dos discentes é grande. Ou seja, o lúdico não está presente, mas sim o método tradicional.

Para Lidiane Días (2010, p. 14):

É necessário criar um ambiente rico em aprendizagem. Proporcionando um espaço lúdico na sala de aula, o professor estará contribuindo com o aluno para a construção do conhecimento, o desenvolvimento da autonomia, na aquisição de autoconfiança, bem como na formação de suas personalidades.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, PPP, o instituto Escola de educação Estadual Anísio Teixeira concebe a avaliação como um processo de ensino e aprendizagem que deve ser realizado de forma contínua, cumulativa e sistemática, com o objetivo de diagnosticar a situação da aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular. Suas funções básicas são: informar sobre o domínio da aprendizagem, indicar os efeitos da metodologia utilizada, revelar consequência da atuação docente, informar sobre a adequabilidade de currículos e programas, realizar feedback dos objetivos e planejamentos elaborados, etc. As avaliações são realizadas com diferentes finalidades: avaliação diagnóstica, avaliação formativa e avaliação somativa. Os instrumentos de formação utilizados são: prova escrita ou oral, seminários, trabalhos práticos, pesquisa e outros instrumentos de avaliação.

Observa-se que as docentes da instituição buscam avaliar seus discentes levando em consideração aquilo que está no PPP, ou seja, apenas como mais um recurso pedagógico, que tem como princípio colaborar no desempenho e evolução do educando no mundo social e escolar e no aperfeiçoamento em suas práticas educacionais.

Maria de Lurdes Mazza (2010, p.86) nos afirma que:

O ato de avaliar é uma constante na vida do ser humano, pois de forma consciente ou inconsciente estamos sempre nos avaliando e queiramos ou não, somos avaliados pelos outros a partir de nossas atitudes. A avaliação é um processo de descrever, conseguir e fornecer dados úteis para um procedimento de tomada de decisão. No campo da educação escolar, a prática avaliativa só tem sentido se estiver a serviço da aprendizagem de alunos e alunas.

Na Escola, o conselho de classe ocorre na maioria das vezes na sexta-feira, período este que todos os professores das diferentes disciplinas se reúnem para dialogar e analisar a respeito de suas metodologias, planos de aula, currículos e alunos e também para promover, valorizar, reconhecer, incentivar, prever e traçar todos os melhores meios e recursos para o bem-estar e a formação de seus educandos. O conselho é realizado sempre com a presença da diretora, do vice-diretor, da secretária, da coordenadora pedagógica e dos professores. Nele, prepara-se uma lista de termos e ideias que devem ser discutidos e comentados, uma vez que tudo deve ser transcrito na pauta da reunião. Além do mais, no conselho de classe, todos os participantes têm o direito à palavra, para contribuir e enriquecer no que está sendo debatido, ou seja, para diagnosticar a causa do problema e a busca de uma solução para as causas levantadas. O conselho sempre é realizado de acordo com o turno em que os professores trabalham, são utilizados recurso tecnológico para facilitar o diálogo: notebook e data show; os professores sempre estão em forma de círculo e recebem tudo o que será debatido em forma de esquema, resumido, para ser lido um ou dois dias antes da reunião. Enfim, na escola não há associação de pais, mestre e funcionários. “O conselho de classe guarda em si a responsabilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo a avaliação da aprendizagem e do ensino, eixos centrais do trabalho escolar” (DALBEN 2004, p16).

A Escola Estadual de Ensino Fundamental I e II Anísio Teixeira, de acordo com o PPP, proporciona, de forma interativa e integrativa, a recepção ao corpo de alunos, as pessoas com necessidades especiais. Entendem-se como reclusas nessa categoria as que apresentarem, individual ou combinadamente, algum tipo de deficiência, tais como: visual, auditiva, física, mental e múltipla, além das que manifestarem condutas típicas ou altas habilidades. Dessa forma, o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais será realizado mediante a inserção desses alunos em salas de aula comuns da escola, devendo receber, através da utilização de recursos didático-pedagógicos e equipamentos específicos, o apoio necessário para o desenvolvimento de suas potencialidades. Nesse sentido, O Instituto Estadual Anísio Teixeira está em conformidade com a resolução n°.04/CME-2010 que dispõe, em seu artigo 1º, que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades; realiza Atendimento Educacional Especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto à utilização nas turmas de ensino regular.

Patrícia de Moraes (2013, p, 117) nos diz que:

A inclusão deve ser unida na forma de programa de capacitação e acompanhamento contínuo que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que beneficiará não apenas os alunos com necessidades especiais, mas, de forma geral, toda a sociedade.

6.2 Inclusão Na Escola

Segundo Mantoan (2003) citado por Rita de Cássia (2012, p.18): “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, ou seja, é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. ” Isto é, no instituto de educação Estadual Anísio Teixeira à inclusão de jovens com algum tipo de deficiência física ou mental já não é mais visto como algo complexo para se lidar ou, até mesmo, trabalhar, ou seja, um tabu, mas sim, como um meio a mais para compartilhar com as diferenças existentes em nosso meio e adaptar-se para receber em seu redor essas diferenças, tendo em vista para o crescimento mútuo, contínuo e o fim dos pré-conceitos estabelecidos ao longo dos anos.

Rita de Cássia (2012, p.18) afirma que:

Inclusão tem como base o princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar. Significa que, todos os alunos têm o direito de frequentar à escola regular onde toda diversidade deve ser valorizada, e a construção de aprendizagem deve ser oferecida a todos, no mesmo espaço escolar com oportunidades iguais.

Atualmente, A Escola Estadual Anísio Teixeira possui em seu quadro, de alunos matriculados, quinze discentes inclusos, dos quais somente dez educandos possuem laudos que comprovam suas deficiências perante a instituição de ensino.

Conforme o Projeto Político Pedagógico, PPP, o colégio busca dar atenção à diversidade presente na comunidade escolar, baseando-se no pressuposto de que a realização de adequações curriculares pode atender as necessidades particulares de aprendizagem dos alunos. Consideram que a atenção à diversidade deve se concretizar em medidas que levam em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas, seus interesses e motivações. A atenção à diversidade está focalizada no direito de acesso à escola e visa à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos, irrestritamente, bem como as perspectivas de desenvolvimento e socialização. A Escola Estadual Anísio Teixeira, neste contexto, busca consolidar o respeito às diferenças, conquanto não elogie a desigualdade. As diferenças vistas não como obstáculos para o cumprimento da ação

educativa, mas podendo e devendo ser fatores de enriquecimento. Além do mais, o atendimento educacional inclusivo fornecido pela instituição fundamenta-se nos seguintes princípios: a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social e, por fim, a busca de identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem.

Em dezembro de 2.000 foi aprovada pelo congresso brasileiro a lei número 10.098, conhecida mais como lei da acessibilidade, que promove à inclusão de pessoas com deficiências especiais: visual, locomotora, auditiva e mental em nosso meio social, eliminando e excluindo tudo aquilo que venha a ser obstáculos e barreiras presentes em nosso meio, que impossibilita a adesão de pessoas com algum tipo de deficiência em nosso redor. E por conhecer esta lei, o colégio, de acordo com as observações, adequou-se em sua estrutura, metodologia, currículo e profissionais para melhor receber as crianças inclusas.

Na escola estadual de ensino fundamental I e II Anísio Teixeira, pode-se perceber a adesão a acessibilidade, isto é, a busca de fornecer condições e possibilitar a todos, segurança, autonomia e garantia de direitos, a fim de que possam viver com dignidade. Para que o bem-estar de seus educandos ocorra, o colégio se adaptou com: a criação de rampas com corrimão; piso tátil; portas largas para cadeirantes; material pedagógico específicos, conforme a deficiência do aluno matriculado, banheiros adaptados e acompanhantes especializadas em educação especial, uma vez que, todas são pedagogas preparadas para trabalhar e lidar com a inclusão em sala de aula. O colégio ainda não possui professores interpretes na área da Língua Brasileira de Sinais em seu quadro de funcionários, contudo possui professores auxiliares de acordo com a deficiência dos adolescentes.

Solange Lucas (2011, p.84) nos diz que:

Acessibilidade é aqui entendida como condição acessível aos lugares, às pessoas, à comunicação, aos serviços, dentre outros. É a possibilidade de interagir com o ambiente de forma segura, com o máximo de autonomia possível, mesmo que as pessoas tenham singularidades acentuadas. Isso implica condições acessíveis.

Em conformidade com as observações realizadas na Escola Estadual Anísio Teixeira, as turmas que possuem adolescentes especiais recebem mais atenção e suporte técnico da equipe pedagógica do que as demais outras, uma vez que a equipe gestora busca colaborar, em todos

os aspectos, na formação de seus discentes, isto é, buscando demonstrar aos adolescentes que eles possuem os mesmos direitos e deveres das demais. Entretanto, a equipe pedagógica procura, mesmo nas debilidades presentes na instituição, fornecer todos os recursos necessários para contribuir na formação dos alunos e na ajuda profissional dos seus docentes, com recursos pedagógicos e uma melhor acessibilidade em suas salas.

As turmas que são inclusas possuem uma maior interação afetiva, amorosa, harmoniosa e compreensiva entre os pais ou responsáveis. Esta interação entre família e escola tem como principal objetivo a presença efetiva, contínua e colaborativa na formação dos aprendizes com a ajuda de seus progenitores, para adquirir resultados positivos em seus desenvolvimentos sócio-cultural educativo. No cotidiano, educacional, dos discentes a relação que se há entre as crianças inclusas, não se difere das demais, uma vez que os alunos, devido às formações recebidas do colégio e de seus professores, também conforme observado em sala de aula, relacionam normalmente com os alunos especiais, buscando demonstrar a eles a aceitação, sem discriminação e preconceito, a fraternidade e igualdade para todos. Além do mais, observa-se que os discentes buscam colaborar com: a ajuda na realização das atividades e nas brincadeiras para que ocorra essa interação no dia-a-dia.

Segundo Márcia Aparecida e Maria Terezinha (2009, p.1763):

A necessidade de se consolidar a inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular como forma de diminuir a discriminação e de fomentar a interação entre alunos em caráter social, solidário, e de tolerância.

“ O recurso pedagógico tem por objetivo favorecer a aprendizagem, ele iria atender determinada faixa etária, seus interesses, dificuldades e também as necessidades exigidas pelo aluno com necessidades educacionais especiais. ” (A IMPORTÂNCIA... 2013, p.31). O Educandário Estadual Anísio Teixeira, em seu ambiente, possui alguns materiais pedagógicos adaptados e outros que foram adaptados pelos próprios professores. Nela, de acordo com as necessidades e debilidades dos discentes, recebem estes materiais, para que possam interagir e desenvolver melhor os seus conhecimentos sócio-linguísticos e sócio-culturais, em conformidade com suas dificuldades físicas ou mentais. Neste ambiente educacional, o ensino varia de acordo com os adolescentes, ou seja, sua deficiência e instantaneamente seus materiais também variam, uma vez que a inclusão não é homogeneia em deficiência, mas sim, heterogeneia. E é por compreender isso que a escola trabalha, com os discentes inclusos, mais com a metodologia lúdica e o uso de materiais adequados, tais como: alfabeto ampliado; lápis

com engrossador; objetos sonoros; cadernos com linhas escurecidas; livros com marcadores; lente de ampliação; jogos de língua portuguesa e de matemática etc.

“[...] do recurso pedagógico adaptado favorece a aprendizagem e desenvolve diferentes habilidades [...]. O recurso pedagógico adaptado permite que o aluno encontre meios para interagir socialmente, primeiramente dentro da escola na qual ele está inserido, e depois na sociedade da qual ele faz parte. (A IMPORTÂNCIA..., 2013, p. 31).

Por ser uma Escola de Ensino Fundamental I e II, a inclusão, esta instituição busca de todas as formas trazer recursos que colaboram na formação de seus discentes especiais, para que sintam-se respeitados, reconhecidos, tenham autoestima e experiências prazerosas, em suas diferenças, por todos. E para garantir essa aprendizagem, o colégio busca, por meio de estudos internos e externos e diálogo com outras escolas e colégios, trazer novos recursos e métodos para aprimorar e fornecer uma melhor educação aos educandos especiais. Além do mais, busca adaptar o seu currículo, os planejamentos, trabalha com diferentes metodologias, busca recursos pedagógicos diversificados, fornece material de estudo continuado, na área de inclusão, a seus professores e realiza palestras que coopera para a discriminação e um melhor entendimento do que seja a inclusão educacional.

A avaliação, recurso utilizado para verificar o desempenho e entendimento adquirido ao longo do período de estudo dos discentes, varia de discente para discente especial, ou seja, na Escola de Ensino Fundamental I e II Anísio Teixeira, os alunos especiais são avaliados com os mesmos recursos que os alunos regulares, porém, com ideias, peso e proporções diferentes dos discentes regulares. O colégio avalia os alunos especiais realizando avaliações sistemáticas e não sistemáticas, constantemente e bimestralmente. Contudo, o seu objetivo é informar o desenvolvimento atual dos adolescentes, de diagnosticar suas dificuldades, evolução e, além do mais, colaborar até mesmo no aperfeiçoamento metodológico utilizada pelos docentes.

De acordo com Anna Augusta e Thaís Emília (2005, p.53) afirmam que:

A avaliação, na educação especial, deve se caracterizar como um instrumento capaz de estabelecer as condições de aprendizagem do aluno e sua relação com o ensino. Seus procedimentos devem permitir uma análise do desempenho pedagógico, oferecendo subsídios para o planejamento e a aplicação de novas estratégias de ensino que permitam alcançar o objetivo determinado pelo professor em cada conteúdo específico.

6.3. História Oral da Escola Anísio Teixeira

A entrevista, história oral, foi realizado no instituição de ensino Escola Anísio Teixeira na cidade de Marabá, isto é, no estado do Pará. Local este onde uma das antigas funcionárias, docente titular, que trabalha no instituto há dez anos, foi entrevistada. A funcionária da escola será chamada de senhora X, por não ter permitido a divulgação de seu nome. A entrevista foi realizado no dia 25 de novembro de 2019.

Escola Estadual Anísio Teixeira

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: **História de vida.**

Entrevistador: **Lucas da Silva Pereira.**

Levantamento de dados: **Lucas da Silva Pereira.**

Pesquisa e Elaboração do Roteiro: **Lucas da Silva Pereira.**

Conferência da transição: **Lucas da Silva Pereira.**

Técnico de Gravação: **Lucas da Silva Pereira.**

Local: **Marabá-PA-Brasil.**

Data: **25 de novembro de 2019.**

Duração: **1 hora e 30 minutos.**

Senhora X (depoimento, 2019)

Entrevista realizada no contexto escolar de educação e cultura Escola Estadual Anísio Teixeira, parte integrante para a composição do trabalho monográfico de obtenção dos títulos de licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal Sul e Sudeste do Pará.

Tema: inclusão e acessibilidade presentes na escola Anísio Teixeira no município de Marabá-PA.

1) Lucas: -Senhora X, há quanto tempo a senhora exerce à docência na Escola Anísio Teixeira, como educadora titular da cadeira disciplinar de Língua Portuguesa e Literatura? Além do mais, a senhora é o estado do Pará e, em particular, da cidade de Marabá?

Senhora X: - Nasci e me criei aqui em Marabá. Sou filha da terra. Tenho mais de 30 anos que moro nessa cidade. Foi aqui que eu me casei e tive três lindas filha. Trabalho na escola a 10 anos. Depois que eu fiz o curso de Letras, pela antiga UFPA, passei no concurso público e fui encaminhada para esta escola e aqui, eu sempre trabalhei com Língua Portuguesa; redação e Literatura.

2) Lucas: - Então, a senhora participou de grandes mudanças ocorridas nesta instituição, certo? Professora, em 1994 foi aprovado, pelo congresso nacional, a Lei nº 10.098 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Tal lei trouxe

muitos benefícios para as pessoas especiais em sentido geral. Contudo, como é visto essa lei, em particular, aqui na escola Anísio Teixeira?

Senhora X: - Sim. Nossa, foram muitas! Conheço sim essa lei. Até fui, no tempo, pesquisar mais sobre ela. Pois, as informações que nos passaram, pela administração pedagógica, foram muito poucas. E eu, como curiosa que sou, queria saber mais o que era. Olha, a lei de fato possibilitou a inclusão em massa de muitos de nossas crianças especiais, esquecidas pela sociedade, em nosso meio comum educacional. Eu lembro que de início a escola não estava preparada para abraçar essa nova gama de estudantes, mesma a instituição de ensino já tendo uma ótima estrutura física, mas não adaptada. E foi naquele tempo, que a antiga gestora começou a buscar, por meio da secretaria de educação do município, recursos, pois a escola, em todos os turnos, possuía estudantes especiais.

3) Lucas: - Senhora X, a senhora poderia informa-me quais foram as mudanças ocorridas de imediato na escola? Já que o Anísio Teixeira sempre foi bem visto pela comunidade marabaense

Senhora X: - Verdade, esta escola sempre foi bem vista por todos dessa redondeza. Aqui, nós temos ex-alunos que hoje são professores da escola, que concluíram aqui conosco os estudos. Isso é muito gratificante para nós professores mais antigos. Mas então, as mudanças que ocorreram, de imediato na escola, foram 100 por cento voltados para o espaço físico, para que houvesse, de imediato, uma melhor acessibilidade e inclusão. E as mudanças foram: construções de banheiros adaptados dentro e fora da escola; mobiliário específico para cada deficiência, construções de rampas, a secretaria enviou-nos profissionais graduados em educação específicas e outras coisas, que eu não me recordo.

4) Lucas: - Senhora X, mas como hoje a escola lida com a acessibilidade e inclusão em seu espaço educacional e cultural, ou melhor dizendo, houve modificações das ações que ocorreram há dez anos atrás ou a escola retrocedeu? O que a senhora tem mais a dizer?

Senhora X: - Lucas, graças a Deus, a escola não retrocedeu em nada, diferente de muitas do município, que nem recursos possuem e têm, em suas listas de alunos, crianças e jovens especiais sem apoio nenhum. Contudo, aqui ainda falta muitas coisa, em particular em nossa formação, que tem que ser contínua, pois cada dia descobrimos problemas que nunca nem ouvimos falar. No entanto, a escola consegue caminhar muito bem e faz aquilo que pode para incluir todos os discentes, além de pedir, sempre, ajuda dos pais e responsáveis para contribuir tanto na formação dos especiais, quanto dos não especiais, ou seja, a obterem uma boa formação humanística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo bibliográfico realizado para a produção deste trabalho, foi possível aprofundar o conhecimento, mais detalhado, sobre o processo de implantação, desenvolvimento e modificação, ao longo do tempo, da educação em terras brasileiras, desde

o século XVI até chegar ao século XX. Além do mais, o trabalho proporcionou um melhor entendimento sobre o que é a inclusão e a acessibilidade no âmbito educacional e as leis e decretos que foram desenvolvidos, para que as escolas ou institutos de ensino regular recebam os mesmos em suas dependências físicas e busquem, em suas metodologias pedagógicas, abarcar os educandos, sejam eles com problemas: motor, mental, intelectual, linguístico ou fonológico, sem distinção e associá-los aos não deficientes, para que haja uma verdadeira interação entre ambas as partes.

Analisando o processo de implantação e desenvolvimento da educação realizado pelos jesuítas, ordem religiosa fundada na França por Inácio de Loyola, no período de colonização portuguesa, percebe-se a grande contribuição que os religiosos proporcionaram ao Brasil, mas que sofreu grandes modificações com a expulsão dos mesmos, de todas as colônias portuguesas, decretado pelo Marquês de Pombal, demonstrando, a partir de então, as oscilações que a educação passava, isto é, desde a vinda da família real até o regime militar. Mostrando assim, que a educação desde o início nunca foi homogêneo, ou seja, valorizando um pequeno grupo e desvalorizando a grande e maior massa. Em uma segunda análise, devido aos problemas existentes, excluindo temas pertinentes e presentes no contexto, mas não levando-os adiante, por falta de entendimento, medo e capacitação.

Outro aspecto a ser destacado nesta obra, não menos importante, é a compreensão detalhada, porém sucinta, do que seja a cosmovisão sobre a acessibilidade e a inclusão desde a arquitetura dos espaços físicos educacionais até a modelagem dos projetos políticos pedagógicos-PPP, para a inclusão, no mesmo ambiente, de discentes especiais, uma vez que, tendo as diferentes leis e decretos desenvolvidos, haja um melhor entendimento, ou melhor dizendo, para que as práticas pedagógicas estejam em plena conexão com o que foi desenvolvido e como, também, os recursos podem ser colocados em prática, para que todos, estudantes especiais e os não especiais, possam receber com destreza, mas de acordo com suas possibilidades e capacidades, os mesmos conteúdos, isto é, as formações preparadas pelas instituições, com ou sem adaptações.

Ademais, o trabalho apresenta a análise realizada, por meio da leitura do PPP, de um dos colégios presentes no município de Marabá-PA, Escola Estadual Anísio Teixeira, para ilustrar a instituição de ensino e verificar se a mesma modificou-se para tornar-se acessível e, ao mesmo tempo, inclusa, sem distinção, de acordo com as leis vistas e estudadas, para abarcar uma nova gama de alunos e alunas em suas dependências, de forma que a educação propicia a inclusão e a acessibilidade no ensino regular, colaborando assim, devido ao

ambiente propício, a evolução, o humanismo e o socialismo entre as pessoas, neste caso, os discentes e docentes.

Sob o mesmo ponto de vista, percebe-se que o propósito alvo de compreender o processo de implantação e desenvolvimento da educação em terras brasileiras, isto é, para melhor entender o porquê da importância da acessibilidade e da inclusão de crianças especiais em tempo regular de ensino, foi obtido com sucesso e clareza, uma vez que com a leitura de diferentes literaturas pôde compreender as distintas técnicas e procedimentos utilizados para implantar o ensino no Brasil e, ao longo do tempo, as modificações sofridas com o intuito, mesmo sendo uma educação elitista e excludente, abarcar as mais diferentes heterogeneidades sociais até chegar na necessidade de envolver, também, porém sem distinção ou algum pré-conceito estabelecido, discentes especiais, sem diferenciação, na comunhão social com outros educandos. Deste modo, a escola Anísio Teixeira, Marabá-PA, foi a instituição escolhida para verificar se houve ou não mudanças necessárias para incorporar uma nova, mas já existente, visão de ensino, tanto metodológico quanto social-educacional.

Conclui-se que a inclusão e a acessibilidade acontece quando, de fato, as bases são reestruturadas, ou seja, quando há um melhor entendimento do processo histórico da educação no Brasil e uma maior atenção do estado e da comunidade para com os estudantes especiais, ou melhor dizendo, mais investimentos em recursos humanos especializados, formações e especializações acadêmicas para os docentes, adaptações de todos os espaços físicos dos ambientes educacionais e a aquisição e, também, a produção de materiais pedagógicos específicos. Assim, como modelo para as outras escolas do município de Marabá, a escola Anísio Teixeira buscou e busca realizar em sua administração pedagógica e no espaço físico adaptações primordiais para que todos os discentes especiais ou não sintam-se acolhidos e recebam uma boa e eficaz educação, isto é, vivenciar na prática a teoria já desenvolvida e decretada pelo o governo.

REFERÊNCIAS

Fundamentos históricos da educação no Brasil / Ednéia Regina Rossi, Elaine Rodrigues, Fátima Maria Neves, organizadoras. 2. ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009. 166 p. ; 21 cm. (Formação de Professores - EAD; v. 4).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1933-1973)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação**. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 1996.
Alves, Washington Lair Urbano. **A história da educação no Brasil: da descoberta à lei de Diretrizes e Bases de 1996** / Washington Lair Urbano Alves –Lins, 2008. 76p. il. 31cm.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: A Organização Escolar**. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

FIGUEIRA, D. G. **História - Questões do Enem e de Vestibulares de todo Brasil - Volume único**. 2. ed. São Paulo: Ática. 2005.

ANANIAS, M.; FONSECA, S. M.; SECO, A. P. Antecedentes da Administração Escolar até a República (... 1930) in **Revista HISTEDBR On Line**, Campinas, n°. especial, p. 54 -101, ago. 2006.

SILVA, Odair Vieira da. **Trajatória Histórica Da Educação Escolar Brasileira: Análise Reflexiva Sobre As Políticas Publicas De Educação Em Tempo Integral-Revista Científica Eletônica De Pedagogia – Issn: 1678-300x**. Ano VIII – Número 16 – Julho de 2010 – Periódicos Semestral

História da educação no Brasil : desafios e perspectivas / Ivone Goulart Lopes, (organizadora). – Curitiba, PR : Atena Editora, 2016. 2.926 Kb ; PDF ; 138 p.

CAVALIERI, Ana Maria Villela. **Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira?**. In: **EDUCAÇÃO E SOCIEDADE**. Campinas: Centro de Estudos Educação e Sociedade, v. 23, n. 81, p. 247 – 270, dez. 2002

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. **História (s) da educação integral**. In: **EM ABERTO**. Brasília: Inep, v. 22, n. 80, p. 83 – 96, abr. 2009.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. Rui Barbosa: **pensamento e ação: uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional**. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

GOMES. Clenir Farias. **Lei de Acessibilidade: (re)criando Espaços Escolares Acessíveis?** Rio Grande do Sul: Santa Maria, 2007

MENDES, Clayton Silva; FERREIRA, Mauro. Análise De Acessibilidade Em Escolas Públicas No Município De Passos – Mg. Ii Seminário Internacional De Pesquisa Em Políticas Públicas E Desenvolvimento Social. Minas Gerais, 2010.

MORAES, M. C. **Acessibilidade no Brasil:** Análise da NBR 9050. 175f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2007.

CARVALHO, Edneia Maria de. **Acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida: perspectivas de atuação da Biblioteca Escolar do Colégio Militar de Juiz de Fora.** 75 f.: il. color; 30 cm

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil.** São Paulo: Giz, 2008.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência.** UNESP-Marília. Revista do Ministério Público do Trabalho, n. 21, mar. 2001, p. 160-173. Disponível em: <<http://www.adiron.com.br/arquivos/paradigmas.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

FARIA, Jhonatan Pache. **O papel do Gestor no combate da pratica do Bullying.** São João de Meriti, 2016.

NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima; OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de; SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. **Legislação e Políticas Públicas em Educação Inclusiva.** 2. ed. Curitiba : IESDE Brasil S.A. , 2009.

ALMEIDA, IVONETE MARIA DA SILVA. **Acessibilidade Física Nas Escolas Públicas. Um Problema De Gestão?** CURITIBA-PARANÁ, 2012.

AGUIAR, Vandelson Lima. **A escola pública e acessibilidade: as na Escola Centro E Pereira-CERP.** Rio de Janeiro, 2014.

CARDOSO, Eduardo; SILVA, Tânia Luísa Koltermann. *Instrumento de Avaliação de Acessibilidade.* UFRGS/NDGA. 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Diretoria De Educação Preparatória e Assistencial (DEPA). Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil (PP/SCMB).** Rio de Janeiro, 2015c.

- VIRAGO, Carine Machado; COSTA, Carla Cristina. **A Importância Dos Funcionários No Processo Educativo Nas Escolas**, 2015. Disponível em: <http://sistemas.iffarroupilha.edu.br/anais-mobrec> 2015/pages/trabalhos/trabalhos/Carine%20Ferreira%20Machado%20Virago. pdf, Acesso em: 25 de novembro. 2019.
- SOUZA, Bibiana Barbosa; SOUZA, Mariana Barbosa. **A Importância Do Espaço Físico Escolar No Ensino E Na Aprendizagem**. 2014. Dissertação (Pós-graduação em Supervisão Educacional)- Universidade Leonardo da Vinci-UNIASSELVI, Rio Grande do Sul.
- Sampaio, Maria Claudia Santos **A importância de trabalhar com projetos no ensino fundamental/Maria Claudia Santos Sampaio**. Capivari - SP: CNEC, 2012. 44p.
- Almeida, Emanuelle Bonácio de, 1992- AL64r **A relação entre pais e escola: a influência da família no desempenho escolar do aluno**. – Campinas, SP: [s.n.], 2014.
- TUBINO, Lidiana Días. **O lúdico na sala de aula: problematizações da prática docente na 4º série do Ensino Fundamental**. 2010. Dissertação (Graduação em Pedagogia)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Farias, Maria de Lourdes Mazza de F224c **Currículos e programas** / Maria de Lourdes Mazza de Farias. – Curitiba: Editora Fael, 2010.
- DALBEN, Ângela I. L. de Freitas. **Trabalho escolar e conselho de classe**. Campinas: Papyrus, 1992.
- FUMEGALLI, Rita de Cássia. **Inclusão Escolar: O Desafio De uma Educação Para Todos?** 2012. Dissertação (Pós-Graduação em Educação Especial)- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí.
- Ribeiro, Solange Lucas. **Acessibilidade Para A Inclusão Na Escola: Princípios E Práticas. Feira De Santana;** 2011. Disponível em: http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/44/C_evaz_Sitientibus_alvaro_artigos4.pdf. Acesso em 3 outubro. 2019.
- SILVA, Márcia Aparecida Marussi; GALUCH, Maria Terezinha Bellanda. **Interação Entre Crianças Com E Sem Necessidades Educacionais Especiais: Possibilidades De Desenvolvimento**. Londrina; 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/213.pdf>. Acesso em 3 outubro de. 2019
- A Importância Do Recurso Pedagógico Para O Ensino E Aprendizagem De Uma Aluna Com Paralisia Cerebral-** Rio Claro- Claretiano- 2013. p.31.

